

CRESCIMENTO INCLUSIVO EM MOÇAMBIQUE

- reforçando a investigação e
as capacidades

A evolução da desigualdade em Moçambique

1996/7-2019/20

Giulia Barletta, Maimuna Ibraimo, Vincenzo Salvucci, Enilde Sarmento
e Finn Tarp

WORKING PAPER 2023
OUTUBRO DE 2023



Com o apoio de:



Embaixada da Noruega



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

SOBRE O PROGRAMA IGM

Crescimento inclusivo em Moçambique – reforçando a investigação e as capacidades

IGM é um programa de pesquisa e desenvolvimento de capacidades que se baseia numa parceria única entre duas instituições moçambicanas e duas internacionais – o Ministério da Economia e Finanças de Moçambique (MEF), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Universidade de Copenhaga (UCPHDERG) e o United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER).

O seu objetivo principal é produzir pesquisa de alta qualidade, disponível gratuitamente, para apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências, promovendo o crescimento inclusivo e a resiliência que melhorem substancialmente os padrões de vida da população moçambicana. O programa é financiado pelos governos da Finlândia, Noruega e Suíça.

Copyright © UNU-WIDER

As opiniões expressas neste artigo são da responsabilidade do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente as opiniões dos parceiros do programa Crescimento inclusivo em Moçambique – reforçando a investigação e capacidades, nem dos doadores do mesmo.



MEF Discussion Paper 2023/1

A evolução da desigualdade em Moçambique

1996/97–2019/20

Giulia Barletta,¹ Maimuna Ibraimo,² Vincenzo Salvucci,¹ Enilde Sarmiento² e Finn Tarp¹

Dezembro de 2022

Resumo: Após décadas de guerra, que terminou em 1992, Moçambique iniciou uma trajetória de crescimento económico sustentado e de redução substancial da pobreza. No entanto, esta dinâmica positiva começou a inverter-se a partir de 2015, com as taxas de crescimento *per capita* a aproximarem-se de zero e o consumo real das famílias a reduzir-se em todas as zonas do país. Entretanto, a desigualdade estagnou no período 1996/97-2008/09, antes de aumentar de forma acentuada posteriormente. Neste estudo, analisamos alguns dos indicadores de desigualdade mais relevantes para Moçambique e as suas tendências nos últimos 25 anos. Utilizando o consumo real *per capita* como o principal agregado de bem-estar, analisamos vários indicadores de desigualdade, incluindo a distribuição do consumo, percentis e rácios de percentis, curvas de incidência de crescimento, curvas de Lorenz e índices de Gini a nível nacional e subnacional. Para além disso, discutimos a desigualdade espacial entre áreas urbanas e rurais e entre regiões. Em termos gerais, concluímos que, até 2014/15, o consumo aumentou para toda a população, mas isso ocorreu muito mais nas famílias mais ricas, deixando para trás as pessoas em pior situação; inversamente, nos últimos anos, o consumo reduziu-se em toda a distribuição, mas a diferença relativa de consumo entre as pessoas em melhor situação e as pessoas em pior situação continuou a aumentar.

Palavras-chave: desigualdade, distribuição do consumo, desigualdade espacial, Moçambique

Classificação JEL: D31, D63, O15

Agradecimentos: Os autores agradecem a Inês Ferreira pelos seus comentários e revisões perspicazes. Os autores agradecem também o apoio da Fundação Novo Nordisk, através do subsídio NNF19SA0060072, no âmbito do projecto “O impacto da desigualdade no crescimento, desenvolvimento humano e governação”.

1 Introdução

Até há pouco tempo, a questão da desigualdade na África Subsariana recebia uma atenção relativamente limitada nas agendas políticas e de investigação. De facto, as décadas pós-independência na região foram caracterizadas por um vigoroso enfoque na modernização, crescimento e estabilização da macroeconomia. A adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) mudou o foco para a redução da pobreza no início da década de 2000. Posteriormente, a introdução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em 2015, conduziu a uma abordagem mais abrangente da pobreza, que defende que a erradicação da pobreza e de outras privações deve ser acompanhada da redução das desigualdades. De facto, o crescente interesse académico na interligação entre desigualdade e pobreza conduziu a um consenso generalizado sobre o efeito obstrutivo da elevada desigualdade na redução da pobreza (Berardi e Marzo 2015; Ferreira 2010; Fosu 2016; Odusola et al. 2017). Além disso, em muitos casos, os elevados níveis de desigualdade estão também associados a uma menor coesão social, estabilidade económica e crescimento económico a longo prazo, bem como a conflitos e violência (Gradín e Tarp 2019a; Ostry et al. 2014; Stewart 2011; Voitchovsky 2011).

Ao mesmo tempo, a relação entre crescimento e desigualdade permanece incerta. Autores como Banerjee e Duflo (2003) e Cornia et al. (2003, 2004) defendem que a relação entre crescimento e desigualdade não é linear, pelo que varia consoante o nível de desigualdade. Cornia et al. (2003, 2004) analisam a desigualdade no período pós-Segunda Guerra Mundial em 73 países e concluem que tanto os níveis muito elevados como os muito baixos de desigualdade têm um impacto negativo no crescimento. Bourguignon (2004) propôs uma conceptualização que acrescenta a pobreza ao complexo nexos crescimento-desigualdade: o “triângulo de ferro” indica que as variações nos níveis de pobreza absoluta num país dependem de alterações na desigualdade e no crescimento. Ferreira (2010) analisa a literatura sobre esta relação triangular e propõe três “factos modelados” que são amplamente suportados por resultados empíricos. Um primeiro resultado fundamental que emerge da literatura é que, ao contrário do que propunha a hipótese de Kuznets, não existe, em média, uma correlação estatística entre a desigualdade e o crescimento.¹ Isto não quer dizer, porém, que o papel da desigualdade no nexos crescimento-pobreza seja negligenciável. Pelo contrário, o segundo facto modelado que emerge da literatura é que a elasticidade da redução da pobreza em relação ao crescimento económico depende do nível de desigualdade. Isto significa que, embora, em geral, a pobreza diminua com o crescimento económico, a desigualdade é um factor mediador na relação, e a extensão da redução da pobreza que pode ser alcançada em tempos de crescimento económico depende do nível de desigualdade presente (Fosu 2016, entre outros). Em particular, a capacidade de resposta da redução da pobreza ao crescimento económico é maior quando a desigualdade é menor, ou seja, o valor absoluto da elasticidade pobreza-crescimento diminui com a desigualdade (ver, por exemplo, Fosu 2017). Isto significa que, em geral, em países com níveis mais baixos de desigualdade, o efeito do crescimento económico na redução da pobreza é mais forte. No entanto, muitos outros factores afectam esta relação. Entre eles, os níveis iniciais de pobreza num país podem ter um efeito negativo na elasticidade pobreza-crescimento (Ravallion 2012), o que significa que o efeito negativo de uma elevada desigualdade na transformação do crescimento económico em redução da pobreza é maior em países onde a taxa de pobreza inicial é mais elevada (Breunig e Majeed 2016).

A África Subsariana encontra-se entre as regiões mais desiguais do globo. Analisando o índice de Gini com ponderação da população para os anos 1950-2019, retirado da base de dados WIID (UNU-WIDER 2021), Gradín (2021) mostra que a desigualdade na região se manteve estável até meados da década de 1980. Em seguida, aumentou até ao início da década de 1990 e, posteriormente, diminuiu até ao início da década de 2000, após o que se manteve relativamente estável até 2019, mas ainda a níveis muito elevados (acima de 0,50).

Ao mesmo tempo, o número de pessoas que vivem abaixo do linha da pobreza está cada vez mais concentrado na África Subsariana, pelo que a pobreza extrema está a tornar-se um fenómeno “africano” (Roser 2021; Hasell et al. 2022). Com efeito, embora se tenha verificado um crescimento económico

¹ A hipótese de Kuznets, que recebeu o nome do seu autor, foi desenvolvida no seu artigo de 1955 “Economic Growth and Income Inequality” e influenciou a investigação económica sobre a desigualdade e o crescimento nas décadas seguintes. Kuznets (1955) argumentou que, à medida que as economias crescem, a desigualdade aumentará inicialmente e, posteriormente, diminuirá após um ponto de viragem, de acordo com o progresso alcançado ao longo das fases de desenvolvimento económico (Kuznets 1955). Esta curva em forma de U invertido, em que a desigualdade é representada pelo rendimento *per capita*, reflectia-se nos poucos dados disponíveis na altura. Estudos posteriores contestaram as conclusões empíricas de Kuznets (ver, entre outros, Deininger e Squire 1997; Ravallion 1995), lançando dúvidas sobre a inevitabilidade da relação em forma de U invertido entre rendimento e desigualdade.

notável na região nas últimas décadas e o impacto do crescimento na redução da pobreza tenha sido perceptível, este tem sido heterogéneo. Além disso, embora a desigualdade na região tenha permanecido relativamente estável, em média, até aos últimos anos (Alvaredo e Gasparini 2015; Gradín 2021; Niño-Zarazúa et al. 2017), o crescimento desigual das últimas décadas e as crises recentes, como a COVID-19, podem levar a um aumento da desigualdade num contexto já de si frágil. Esta situação pode provocar taxas de redução da pobreza inferiores ao potencial e repercussões negativas em termos de estabilidade social e económica.

Neste estudo, analisamos alguns dos indicadores de desigualdade mais relevantes para Moçambique e as suas tendências nos últimos 25 anos. Após décadas de guerra, que terminou em 1992, Moçambique iniciou uma trajectória de forte crescimento económico que reduziu substancialmente os níveis de pobreza inicialmente elevados. No entanto, a redução da pobreza foi acompanhada por um aumento da desigualdade, especialmente após 2008/09. De facto, os inquéritos sobre o orçamento familiar realizados em Moçambique a partir de 1996/97 revelam que a desigualdade, medida tomando o consumo como o principal agregado de bem-estar, aumentou apenas ligeiramente no início da década de 2000 e permaneceu quase constante até 2008/09. Contudo, os dados de 2014/15 revelam um aumento muito maior na desigualdade de consumo, que continuou numa tendência ainda mais acentuada de 2014/15 a 2019/20.²

Simultaneamente, após 2014/15, o país sofreu uma série de choques económicos, naturais, sociais e políticos. Este facto traduziu-se numa queda acentuada das taxas de crescimento do PIB, bem como num aumento acentuado dos preços, especialmente dos produtos alimentares e dos produtos básicos. Verificou-se igualmente uma queda muito grande do consumo real das famílias e um agravamento de todos os principais indicadores de desigualdade económica, agravamento esse em linha com o observado no período 2008/09-2014/15.

Como mencionado acima, o principal agregado de bem-estar utilizado para avaliar a desigualdade no país é o consumo. Esta situação é comum nos países em desenvolvimento, onde as estimativas de rendimento obtidas a partir de inquéritos apresentam problemas devido à reduzida extensão do sector formal e à capacidade limitada de avaliar os rendimentos das pessoas que trabalham na agricultura de subsistência ou dos trabalhadores por conta própria que gerem microempresas, por exemplo, devido ao analfabetismo que leva a que as estimativas dos seus rendimentos sejam incorrectamente comunicadas.

Os nossos dados são o foco da Secção 2, enquanto a Secção 3, que constitui o núcleo do estudo, apresenta os nossos resultados. Começamos por analisar as distribuições do consumo (Secção 3.1); em seguida, analisamos a evolução de percentis seleccionados, rácios de percentis e percentagens da distribuição do consumo e curvas de incidência do crescimento em relação a diferentes períodos (Secção 3.2); e curvas de Lorenz e índices de Gini (relativos e absolutos) a nível nacional e subnacional e desigualdade espacial entre áreas urbanas e rurais e entre regiões (Secção 3.4). Por último, apresentamos as conclusões na Secção 4.

2 Dados

Os dados utilizados neste estudo consistem nos cinco inquéritos sobre o orçamento familiar realizados em Moçambique em 1996/97 e 2002/03 (Inquéritos aos Agregados Familiares, abreviados como IAF96/97 e IAF02/03 respectivamente) e em 2008/09, 2014/15 e 2019/20 (Inquéritos sobre o Orçamento Familiar, abreviados como IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20 respectivamente). Os inquéritos foram recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Estes inquéritos contêm informações pormenorizadas sobre as despesas de consumo de amostras representativas a nível nacional. O IAF96/97, o IAF02/03, o IOF08/09 e o IOF19/20 têm um desenho semelhante e recolhem dados sobre o consumo de 8.250, 8.700, 10.832 e 13.343 agregados familiares, respectivamente, entrevistados uma vez ao longo de quatro trimestres. Em contrapartida, o IOF14/15 tem um desenho ligeiramente diferente, na medida em que recolhe informações para cerca de 11.000 agregados familiares entrevistados três vezes entre meados de 2014 e meados de 2015, mas mantém um elevado grau de comparabilidade com os outros inquéritos em termos de medição das despesas de consumo, acesso dos agregados familiares a serviços e bens duráveis, etc. Para evitar o enviesamento sazonal, que não ocorre nas outras rondas, utilizamos para o IOF14/15 o conjunto das famílias entrevistadas. Todos os inquéritos têm o indivíduo como unidade de análise, mas a unidade de partilha de rendimentos

² Todos os resultados relativos a 2019/20 discutidos no presente estudo devem ser considerados preliminares, a partir de Outubro de 2022.

é o agregado familiar. Assim, a cada indivíduo são atribuídos o consumo *per capita* e as características dos seus agregados familiares. Todos os IAFs/IOFs foram concebidos e implementados pelo INE, enquanto as análises da pobreza foram realizadas pelo Ministério da Economia e Finanças com a assistência técnica de vários parceiros, incluindo o International Food Policy Research Institute (IFPRI), o UNU-WIDER e a Universidade de Copenhaga, dependendo do ano do inquérito. Podem ser encontradas mais informações em DNEAP (2010), DNPO (1998, 2004), INE (2004, 2010, 2014, 2021), MEF-DEEF (2016) e MEF-DNPED (a publicar).

No que se segue, o principal indicador utilizado é o consumo real *per capita*, tal como construído nas avaliações da pobreza que se seguem a cada ronda do inquérito sobre os orçamentos familiares. Como mencionado na introdução, a utilização do consumo em vez do rendimento para analisar a desigualdade está de acordo com a abordagem normalmente utilizada nos países do Sul Global, e especialmente na África Subsariana. Discutimos brevemente nesta secção a construção do indicador de consumo real *per capita*. Mais detalhes podem ser encontrados na Quarta Avaliação Nacional da Pobreza (MEF-DEEF 2016), que emprega a metodologia PLEASE como em Arndt et al. (2017).

Primeiro, obtemos o consumo nominal agregando as despesas de consumo diárias, mensais e anuais, as estimativas de consumo da produção própria, as receitas em espécie, as rendas de casa imputadas e efectivas, o valor de uso de bens duráveis, etc. De seguida, obtemos valores de consumo nominal em diferentes zonas do país e em diferentes épocas do ano e tornamo-los comparáveis através de um processo que consiste em duas normalizações. Finalmente, utilizamos o agregado de consumo resultante destas duas normalizações e calculamos o consumo real *per capita*. Os dois processos de normalização efectuados em cada inquérito incluem os seguintes passos. Em primeiro lugar, usamos os índices espaciais de preços calculados separadamente para 13 domínios espaciais relativamente homogéneos no país para corrigir a variação espacial; em segundo lugar, utilizamos os índices temporais de preços calculados para cada uma das três regiões e para as zonas urbanas e rurais para corrigir as alterações sazonais, e calculamos o consumo real actual.

Desta forma, e utilizando os índices espaciais de preços, temos em conta o facto de que o custo de vida difere entre as diferentes áreas do país e entre as áreas urbanas e rurais (os 13 domínios espaciais correspondem em grande parte a uma divisão do país em províncias e em áreas urbanas ou rurais)³. Além disso, ao utilizar os índices de preços temporais, temos em conta que o custo de aquisição dos mesmos produtos básicos difere de estação para estação. Em suma, estas duas normalizações tornam comparáveis as despesas de consumo em diferentes zonas do país e em diferentes estações do ano.

Depois de efectuar estas duas normalizações para todas as rondas de inquéritos, é necessário tornar os dados de consumo real comparáveis ao longo do tempo. Por vezes, os analistas fazem-no utilizando um índice de preços, como o índice de preços no consumidor (IPC), como deflador. Contudo, esta escolha tem desvantagens, nomeadamente o facto de o IPC não ser geralmente representativo dos padrões de despesa da parte mais pobre da população e o facto de o IPC em Moçambique ser calculado usando preços obtidos apenas de um número limitado de áreas urbanas. Por isso, preferimos usar como deflador a linha de pobreza oficial correspondente para o consumo real obtida em cada ronda de inquérito.

A linha da pobreza representa, em cada ronda do inquérito, o custo de aquisição de uma cesta básica de bens alimentares e não alimentares, constituindo assim uma referência para o custo de vida relevante para a parte mais pobre da população em cada ronda. Assim, para obter o consumo real em termos constantes ao longo do tempo, procede-se à divisão do consumo real obtido para cada ronda do inquérito pela correspondente linha da pobreza oficial. Dado que a linha da pobreza é o mesmo para todos os indivíduos de uma ronda de inquérito, a divisão do consumo real pela linha da pobreza do mesmo inquérito não afecta o cálculo da desigualdade relativa. O indicador assim obtido descreve a variação ao longo do tempo do poder de compra das famílias de uma cesta básica flexível de produtos alimentares e não alimentares.⁴ A unidade de medida deste indicador, dado que é calculado dividindo o consumo real obtido para cada ronda de inquérito pela correspondente linha da pobreza oficial, é o

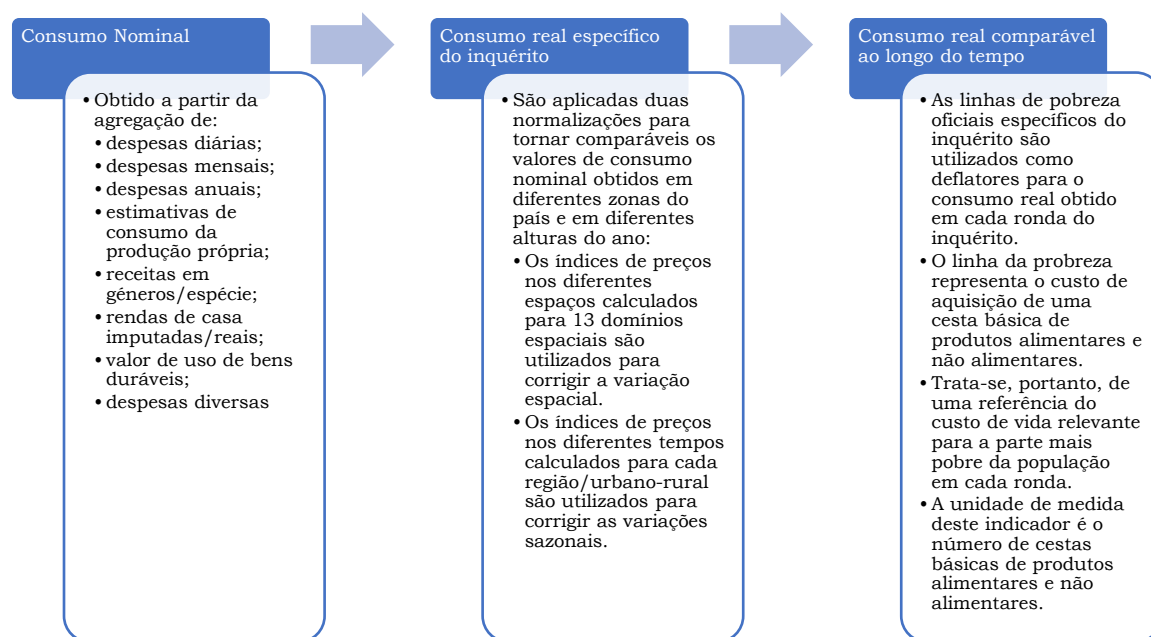
³ Os 13 domínios espaciais, identificados como sendo relativamente homogéneos, são Niassa e Cabo Delgado (rural), Niassa e Cabo Delgado (urbano), Nampula (rural), Nampula (urbano), Sofala e Zambézia (rural), Sofala e Zambézia (urbano), Manica e Tete (rural), Manica e Tete (urbano), Gaza e Inhambane (rural), Gaza e Inhambane (urbano), Província de Maputo (rural), Província de Maputo (urbano), Cidade de Maputo.

⁴ O IPC em Moçambique é calculado usando preços num número limitado de áreas urbanas. As linhas de pobreza para cada inquérito sobre o orçamento familiar em moeda contemporânea são 5.502 meticais (MZM) em 1996/97, MZM8.307 em 2002/03, MZN17,93 em 2008/09, MZN29,19 em 2014/15, e MZN58,39 em 2019/20.

número de cestas básicas de produtos alimentares e não alimentares. Na Figura 1 apresenta-se um resumo dos passos seguidos neste processo.

Embora os inquéritos sobre o orçamento familiar utilizados nesta análise sejam a principal fonte de dados sobre o consumo e bem-estar em Moçambique, uma limitação que vem com os IAFs e IOFs é a subnotificação do consumo alimentar. Esta limitação é causada em parte por compras raras, mas importantes, tais como farinha e cereais. A questão não era tão prevalente nas primeiras rondas como é nas mais recentes IOF14/15 e IOF19/20. Informações adicionais sobre as possíveis razões para este facto podem ser encontradas em MEF-DEEF (2016). Além disso, enquanto a subnotificação do consumo alimentar estava limitada às áreas urbanas no sul do país, nos dois últimos inquéritos o problema surge também nas áreas rurais.

Figura 1: Do consumo nominal ao consumo real, o caso moçambicano



Fonte: Gráfico dos autores baseado em DNEAP (2010), DNPO (1998, 2004); MEF-DEEF (2016) e MEF-DNPED (a publicar).

3 Resultados

Nesta secção, começamos por analisar as distribuições do consumo. Em seguida, analisamos a evolução de percentis seleccionados, rácios de percentis e percentagens da distribuição do consumo, antes de passarmos às curvas de incidência do crescimento relativas a diferentes períodos, curvas de Lorenz e índices de Gini (relativos e absolutos) a nível nacional e subnacional. Finalmente, incluímos uma discussão sobre a desigualdade espacial entre áreas urbanas e rurais e entre províncias/regiões.

3.1 Distribuições do consumo

Começamos por discutir as distribuições do consumo real. A Figura 2, painel a, mostra as distribuições do consumo real para cada Inquérito sobre o Orçamento Familiar realizado de 1996/97 a 2019/20. O painel b mostra as distribuições do consumo real de 1996/97 a 2014/15 e o painel c mostra as distribuições do consumo real de 2014/15 a 2019/20. A taxa de crescimento média anual acumulada do consumo real *per capita* ao longo de todo o período é de 1,6%. No entanto, existe uma variação considerável da taxa nos diferentes subperíodos. De 1996/97 a 2002/03, a taxa média de crescimento anual registou o seu valor mais elevado, situando-se em 5,2%. No entanto, no período subsequente, ou seja, até 2008/09, o consumo quase estagnou, tendo voltado a aumentar a uma taxa anual de 3,3%

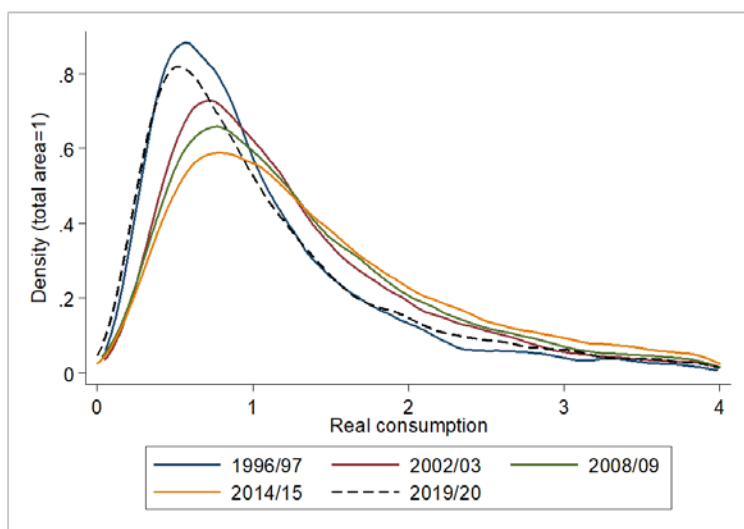
entre 2008/09 e 2014/15. Entre 2014/2015 e 2019/20, o consumo diminuiu a uma taxa média anual de 5,7%. Este facto contribuiu para baixar a taxa de crescimento média anual global no período 1996/97-2019/20 para apenas 1,6%, enquanto se considerarmos apenas o período 1996/97-2014/15 a taxa de crescimento média anual acumulada é quase o dobro, 2,9%.

Até 2014/15, os aumentos do consumo real *per capita* ocorreram em toda a distribuição, e as densidades aqui em foco deslocaram-se todas para a direita (respectivamente, as linhas azul, vermelha, verde e amarela na Figura 2, painel b). Isto correspondeu a uma redução acentuada da incidência da pobreza, de cerca de 70% em 1996/97 para 46% em 2014/15, embora, mais uma vez, a taxa de declínio tenha sido heterogênea nos diferentes subperíodos. Em particular, a incidência da pobreza caiu abruptamente de quase 70% para cerca de 53% no primeiro subperíodo (1996/97-2002/03), tendo depois diminuído apenas ligeiramente de 53% para perto de 52% em 2008/09. O declínio foi novamente mais significativo de 2008/09 a 2014/15, para uma incidência de 46%.

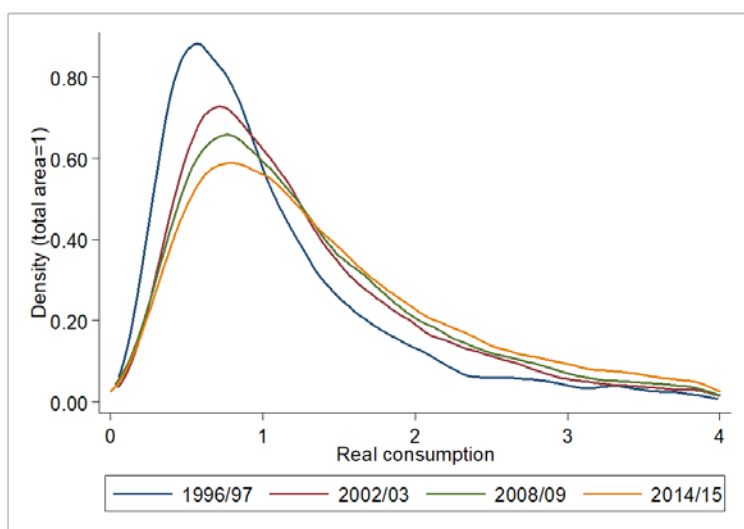
Pelo contrário, durante o subperíodo 2014/15-2019/20, registaram-se decréscimos no consumo real *per capita* em toda a distribuição e a densidade deslocou-se significativamente para a esquerda (Figura 2, painel c). Este facto é consistente com a queda nas despesas também reportada pelo INE no seu relatório de inquérito (INE 2021).

Figura 2: Distribuições do consumo real, 1996/97–2019/20

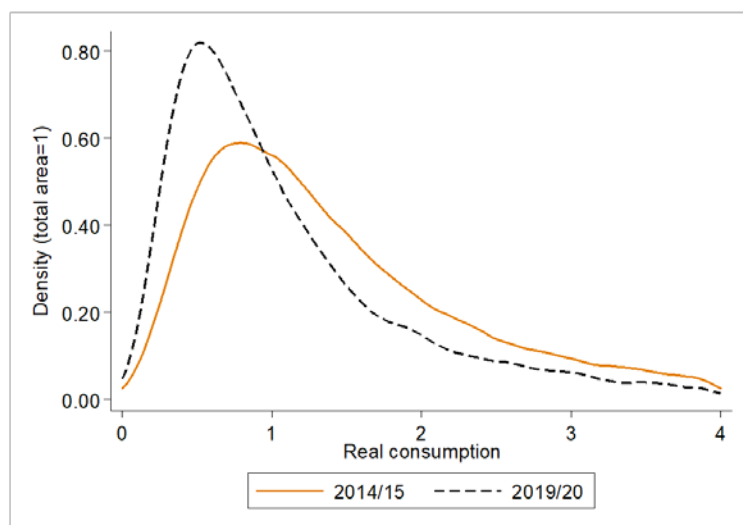
2a: 1996/97–2019/20



2b: 1996/97–2014/15



2c: 2014/15–2019/20



Nota: As densidades são desenhadas para que a área total abaixo de cada linha seja igual a 1. Em cada inquérito, o consumo nominal é transformado em consumo real através da aplicação de um deflator espacial e temporal para tornar comparáveis os valores de consumo nominal obtidos em diferentes áreas do país e em diferentes alturas do ano. Para tornar comparáveis os valores de consumo real obtidos em diferentes rondas de inquéritos, dividimos os valores de consumo real específicos do inquérito pelos correspondentes limiares de pobreza oficiais. Dado que a linha da pobreza representa o custo de aquisição de uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares, é uma referência do custo de vida relevante para a parte mais pobre da população em cada ronda. A unidade de medida deste indicador é, portanto, o número de cestas básicas de produtos alimentares e não alimentares.

Fonte: Gráficos dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

3.2 Percentis de distribuição, rácios de percentis, quotas de consumo, rácio de Palma e curvas de incidência do crescimento

Para a análise do impacto do crescimento nos diferentes percentis das populações, apresentada nas Figuras 3, 4 e 5, é útil dividir o período 1996/97-2019/20 em dois subperíodos, 1996/97-2014/15 e 2014/15-2019/20. No entanto, começamos por introduzir os conceitos utilizados nas figuras antes de passarmos à discussão dos resultados.

Começamos com os conceitos de percentis e rácios de percentis. Os percentis de uma distribuição são identificados dividindo a distribuição em cem grupos de igual dimensão; em termos da distribuição do consumo real analisada, o percentil 1, ou p_1 , inclui o 1% mais pobre da população em cada ano. Do mesmo modo, o percentil 5 num determinado ano, p_5 , inclui todos os indivíduos da população que pertencem ao quinto percentil da distribuição do consumo real nesse ano. Embora não sejam os indivíduos mais extremamente pobres do país, estão muito próximos do fundo da distribuição. Por outro lado, o percentil 95, p_{95} , inclui todos os indivíduos da população que pertencem ao percentil 95 da distribuição do consumo real nesse ano, ou seja, indivíduos que estão muito próximos do topo da distribuição. A apresentação do consumo médio real *per capita* para percentis específicos e para anos diferentes fornece uma boa medida da desigualdade, na medida em que mostra se os percentis específicos localizados na base, no topo ou na mediana da distribuição ganharam em termos de níveis de bem-estar ao longo do tempo.

Outra medida de desigualdade amplamente utilizada é o rácio entre percentis específicos para anos diferentes. Ao contrário dos percentis, os rácios de percentis mostram a quantidade pela qual o consumo de um determinado grupo de indivíduos num determinado percentil da distribuição é maior ou menor do que o de outro grupo de indivíduos noutra percentil da distribuição. Por exemplo, indicamos o rácio entre p_{95} e p_5 como p_{95}/p_5 , que mostra quantas vezes os níveis de consumo dos indivíduos no percentil 95 são maiores do que os dos indivíduos no percentil 5, ao longo do tempo. Se a diferença aumentar, isso pode significar que os indivíduos na base da distribuição não estão a ganhar em termos de níveis de consumo ou que os indivíduos no topo da distribuição estão a ganhar mais do que os seus homólogos, ou que está a ocorrer uma combinação destes dois processos.

Outro conjunto de medidas de desigualdade habitualmente comunicadas inclui as quotas de consumo e o rácio (ou índice) de Palma. Uma percentagem de consumo é a percentagem do consumo total captada por um grupo específico na distribuição do consumo. Por exemplo, se o consumo diário total num determinado país for igual a Y dólares e os 40% mais pobres (inferiores) da distribuição tiverem um consumo diário total de Y/5 dólares, isto significa que a percentagem do consumo total dos 40% inferiores é igual a 20%. Pelo contrário, se os 10% mais ricos da distribuição tiverem um consumo diário (total) de $Y \times 0,6$ dólares, isso significa que a percentagem do consumo total dos 10% mais ricos é igual a 60%.

O rácio de Palma mede o rácio entre a proporção de consumo dos 10% superiores e dos 40% inferiores da distribuição. No exemplo acima, seria igual a $60\%/20\% = 3$. Isto indicaria que os 10% mais ricos da distribuição têm uma proporção de consumo que é três vezes superior à dos 40% mais pobres.

A seguir (especialmente nas Figuras 4 e 5), também calculamos e utilizamos uma série de curvas de incidência de crescimento (CIC). As CIC são uma ferramenta útil que nos permite analisar facilmente o impacto do crescimento económico agregado numa vasta gama da distribuição (Ravallion e Chen 2003). Dado que o nosso agregado de bem-estar de referência é o consumo real, as CIC discutidas a seguir mostram a taxa de crescimento (anual) do consumo real que ocorreu entre duas rondas de inquérito diferentes, em cada percentil da distribuição. A utilização destas ferramentas permite-nos compreender, por exemplo, se o consumo dos percentis mais pobres cresceu mais ou menos do que o dos percentis mais ricos em cada período.

Voltando à análise do impacto do crescimento nos diferentes percentis da população, apresentada nas Figuras 3, 4 e 5, referimos anteriormente que também é útil dividir todo o período 1996/97-2019/20 em dois subperíodos, 1996/97-2014/15 e 2014/15-2019/20. Relativamente ao primeiro subperíodo, as Figuras 3 e 4 (painéis a, b e c) mostram que os percentis mais ricos da distribuição registaram aumentos do consumo real *per capita* significativamente superiores aos registados pelos percentis mais pobres. Além disso, este facto verifica-se mesmo na mediana da distribuição. Estudos anteriores realizados com base nos dois primeiros inquéritos aos orçamentos familiares confirmam estes resultados, constatando um maior crescimento do consumo para as famílias mais ricas, o que conduz a um aumento da desigualdade (Arndt et al. 2006). Este padrão é muito pronunciado nos anos entre 2008/09 e 2014/15 (Figura 4, painel a, canto inferior esquerdo). Em particular, entre 1996/97 e 2002/03, o consumo de todos os percentis analisados cresceu positivamente, sendo ligeiramente superior para os percentis mais elevados (Figura 4, painel a, canto superior esquerdo). No período 2002/03-2008/09, o crescimento do consumo foi baixo – ligeiramente acima de zero – para a maioria dos percentis, mas foi efectivamente negativo para os que se encontram nos 10% inferiores da distribuição do consumo real (Figura 4, painel a, canto superior direito). Entre 2008/09 e 2014/15, as pessoas na base e as pessoas no topo (10-20% superior) da distribuição do consumo tiveram as taxas de crescimento mais elevadas; o p99 apresentou taxas de crescimento de cerca de 6 pontos percentuais acima da mediana (ou seja, cerca de 7,5% em comparação com cerca de 1,5% no p50; Figura 4, painel a, canto inferior esquerdo). Durante o período 2014/15-2019/20, o crescimento continuou a beneficiar desproporcionalmente os relativamente mais ricos, apesar de as taxas de crescimento do consumo real terem sido negativas para toda a distribuição: a contracção do consumo foi menor para os percentis mais elevados do que para os mais baixos (Figuras 3, 4 e 5). Em particular, os 10 percentis mais pobres sofreram uma contracção no consumo real, com taxas de crescimento negativas inferiores a -8%, enquanto o consumo real contraiu para os percentis mais ricos em apenas cerca de 5% ou menos (Figura 4, painel a, canto inferior direito).

A comparação de todos os anos do inquérito com o último ano (Figura 5) revela um quadro sombrio para a base da distribuição. Enquanto a taxa de crescimento anual do consumo real é positiva ou apenas ligeiramente negativa em cada comparação para o topo da distribuição (excepto para a CIC 2014/15-2019/20, em que, como discutido acima, os percentis mais ricos também registaram taxas de crescimento fortemente negativas), os percentis mais pobres em todos os casos parecem ter sofrido uma forte contracção no consumo real (Figura 5, painel b). Em particular, a CIC 1996/97-2019/20 (Figura 5, painel a, canto superior direito) revela que o consumo real dos 10 percentis mais pobres tinha diminuído até 2019/20, mesmo em comparação com 1996/97, com taxas de crescimento anuais negativas que variavam entre cerca de -1% e -2%. Pelo contrário, os percentis mais ricos registaram uma taxa de crescimento positiva, com o topo da distribuição do consumo a atingir taxas de crescimento anuais de 1-2%. O cenário é semelhante para a CIC comparando os inquéritos de 2002/03 e 2008/09 com o de 2019/20 (Figura 5, painel a, canto superior esquerdo e canto inferior direito), embora o declínio do consumo real para os 10 percentis inferiores da distribuição seja ainda mais acentuado, até cerca de -4%.

A análise da desigualdade em termos de rácios de percentis (Figura 3, painel b) ajuda a aprofundar a compreensão da evolução de Moçambique e das tendências de longo prazo para os diferentes grupos de consumo. As estimativas de 1996/97 mostram que existiam diferenças de consumo relativamente pequenas entre os diferentes percentis da distribuição do consumo, ou seja, a sociedade era relativamente mais igualitária, mas também se caracterizava por um nível muito elevado de privação global. Até 2014/15, o rácio p50/p10 aumentou de 2,2 para 2,4, enquanto o rácio p90/p50 aumentou de 2,4 para 2,6. Como mostra a Figura 3, painel b, uma grande parte do aumento dos rácios seleccionados ocorreu entre 2008/09 e 2014/15. As estimativas baseadas no último Inquérito sobre o Orçamento Familiar (IOF19/20) indicam que os aumentos de preços que ocorreram após 2014/15 atingiram todas as pessoas na distribuição do consumo, reduzindo significativamente o consumo real em comparação com anos anteriores. No entanto, apesar de terem sido afectadas tanto as pessoas nos percentis altos como as nos percentis mais baixos, os rácios de percentis entre os percentis altos, como p95 ou p90, e os baixos, como p5 ou p10, continuaram a crescer. O rácio do percentil p95/p5 atingiu um nível de cerca de 16 em 2019/20, indicando que as pessoas no percentil 95 da distribuição do consumo consumiram cerca de 16 vezes mais do que os indivíduos no percentil 5 (Figura 3, painel b). Para comparar, o rácio entre o percentil 95 e o percentil 5 da distribuição do consumo em 1996/97 era inferior a 10; manteve-se quase constante até 2008/09 e depois começou a aumentar acentuadamente nos anos seguintes. Resumindo, nas duas últimas rondas de inquéritos, os rácios p90/p50, p90/p10 e p95/p5 continuaram a aumentar (para um nível de 3,0, 7,5 e 16,0, respectivamente), enquanto o rácio p10/p50 se reduziu ainda mais, mesmo que ligeiramente.

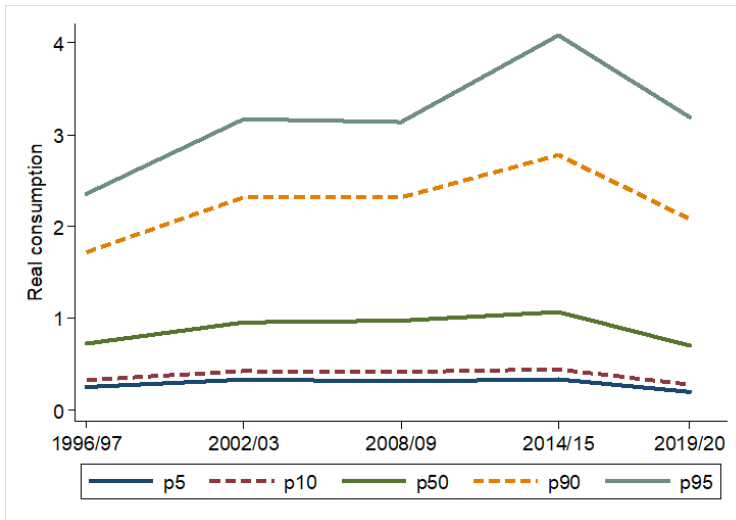
No que respeita à tendência para as pessoas na mediana (p50), os indivíduos neste percentil registaram um aumento no consumo real entre 1996/97 e 2002/03 (Figura 3, painel a). Posteriormente, manteve-se a um nível próximo de 1. Dado que o consumo real comparável ao longo do tempo é calculado aqui como o consumo real específico do inquérito dividido pela correspondente linha da pobreza específico do inquérito, isto implica que o nível de consumo para as pessoas na mediana era suficiente para comprar apenas uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares, ou seja, o nível da linha da pobreza (ver Figura 1).

Fornecemos mais pormenores acrescentando ao quadro as quotas de consumo e o índice de Palma (Figura 3, painel c). Reforçam a conclusão de que a desigualdade aumentou e que o crescimento económico experimentado pelo país beneficiou relativamente mais as pessoas em melhor situação do que a parte mais pobre da população. O índice de Palma, igual à parte dos 10% superiores dividida pela parte dos 40% inferiores no consumo total, aumentou, de um valor de cerca de 2 para cerca de 3,5. Isto também é confirmado pela análise das tendências das quotas de grupos seleccionados no consumo total (Figura 4, painel c): a nível nacional (e também a nível urbano, não mostrado), a partir de 2008/09, a quota dos 10% mais ricos e dos 1% mais ricos aumentou consideravelmente, enquanto a quota dos 50% mais pobres diminuiu.

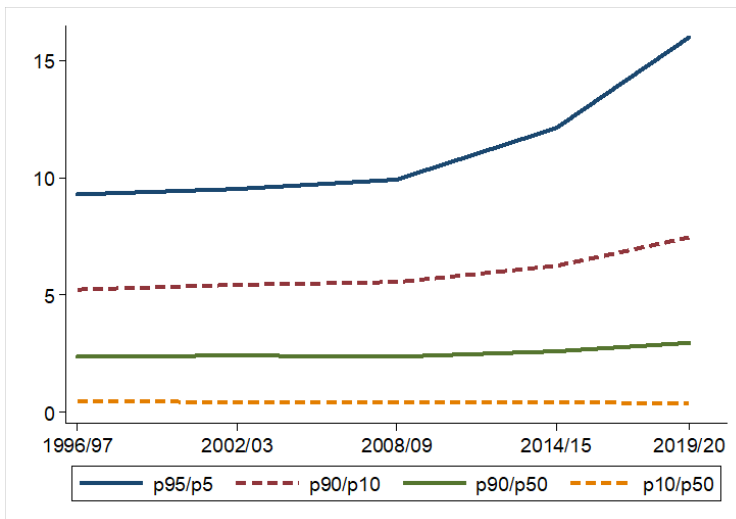
Do mesmo modo, olhando para a quota de consumo por decis de 1996/97 a 2019/20, a Figura 3, painel d, mostra que as quotas de consumo para todos os primeiros nove decis da distribuição do consumo real diminuíram ao longo do tempo, enquanto apenas a quota de consumo para o decil mais rico aumentou, especialmente durante os últimos 10-15 anos. Ou seja, o decil de consumo mais rico é o único que aumentou a sua proporção de consumo em relação ao total nas últimas duas décadas, especialmente após 2008/09.

Figura 3: Percentis da distribuição do consumo, rácios de percentis, quotas de consumo e rácio de Palma, 1996/97–2019/20

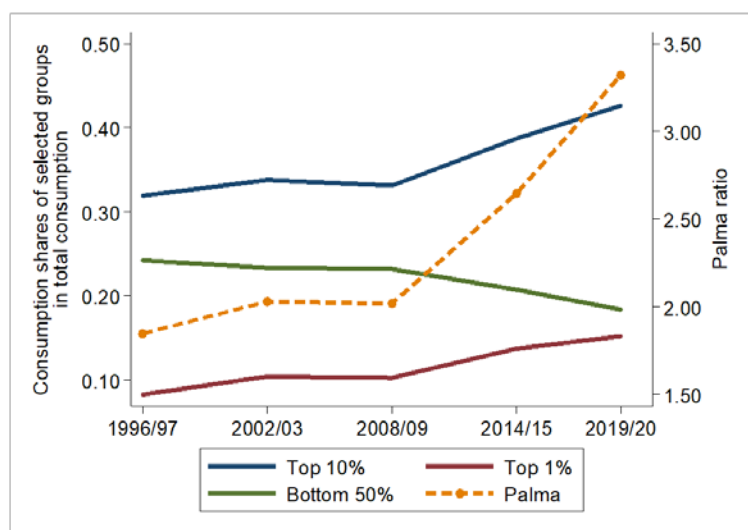
3a: Percentis da distribuição do consumo, p5, p10, p50, p90, p95



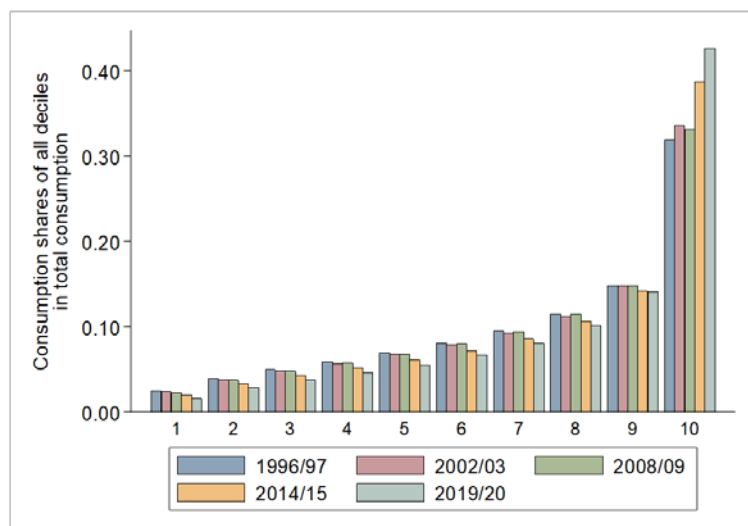
3b: Rácios de percentis, p95/p5, p90/p10, p90/p50, p10/p50



3c: Quotas do total de consumo do 1% superior, dos 10% superiores e dos 50% inferiores, e índice de Palma



3d: Quotas de consumo por decil

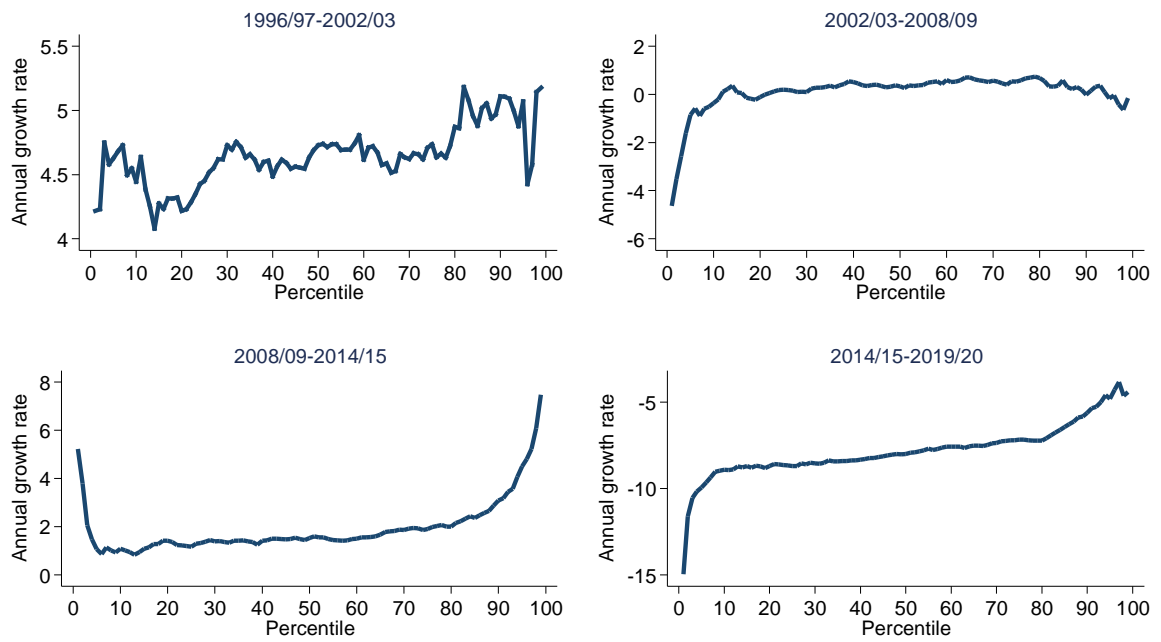


Nota: Para calcular o consumo real, em cada inquérito, o consumo nominal é transformado em consumo real através da aplicação de um deflator espacial e temporal para tornar comparáveis os valores de consumo nominal obtidos em diferentes áreas do país e em diferentes alturas do ano. Para tornar comparáveis os valores de consumo real obtidos em diferentes rondas de inquéritos, dividimos os valores de consumo real específicos do inquérito pelas correspondentes linhas de pobreza oficiais. Dado que a linha da pobreza representa o custo de uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares, é uma referência do custo de vida relevante para a parte mais pobre da população em cada ronda. A unidade de medida deste indicador é, portanto, o número de cestas básicas de bens alimentares e não alimentares. Os percentis utilizados nos painéis a e b são obtidos a partir das distribuições do consumo real específicas do inquérito. As quotas de consumo apresentadas nos painéis c e d são as quotas de consumo, no consumo total, captadas por grupos específicos da distribuição. O rácio de Palma mede o rácio entre as percentagens dos 10% superiores e dos 40% inferiores da distribuição.

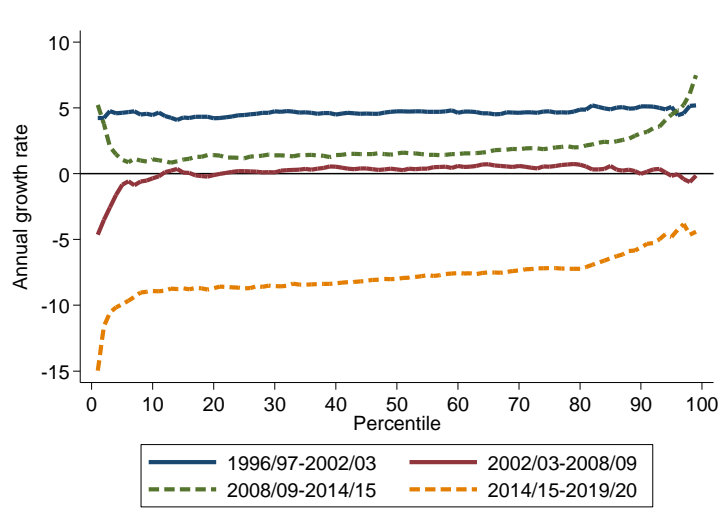
Fonte: Gráficos dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

Figura 4: Curvas de incidência de crescimento, 1996/97–2019/20, cada inquérito comparado com o inquérito seguinte

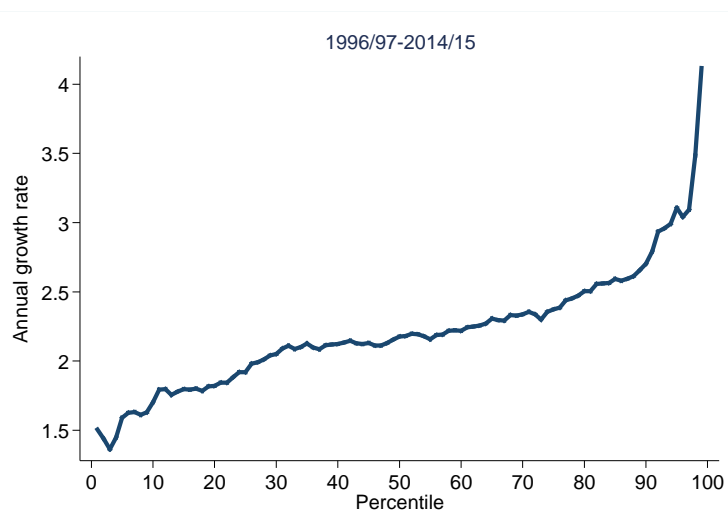
4a: Curvas de incidência do crescimento, consumo real, cada inquérito comparado com o inquérito seguinte



4b: Curvas de incidência de crescimento, consumo real, combinados



4c: Curvas de incidência de crescimento, consumo real, 1996/97–2014/15

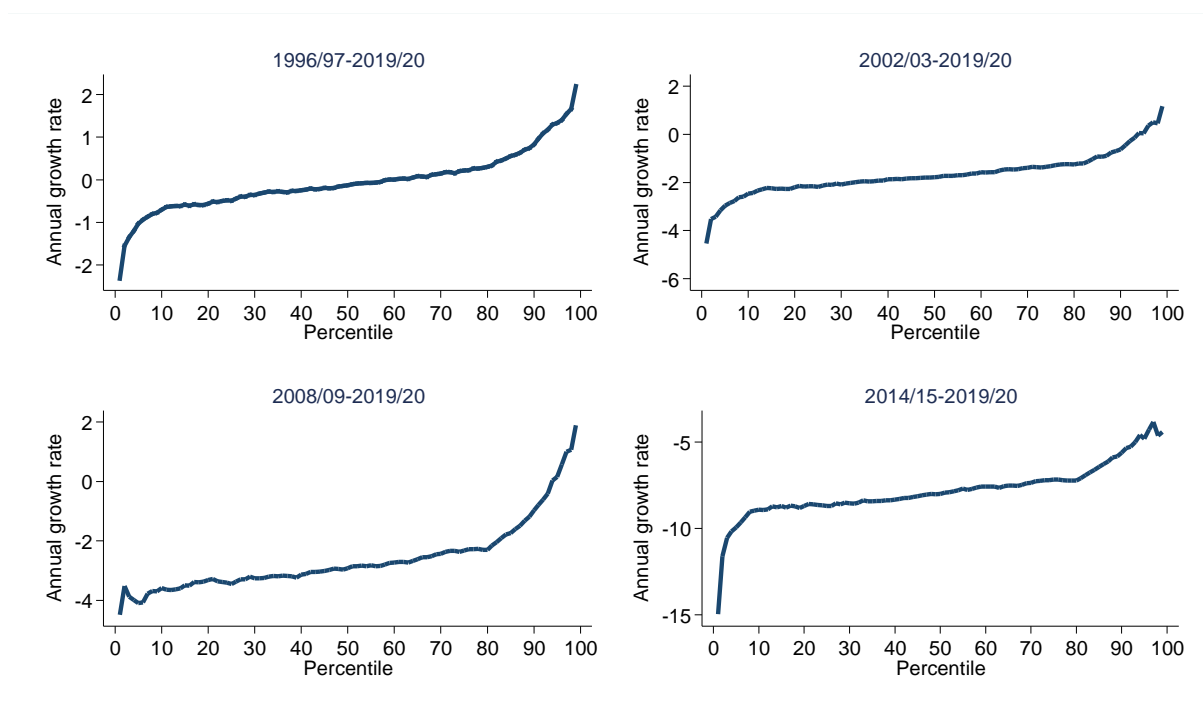


Nota: As CIC apresentadas baseiam-se na distribuição do consumo real. Em cada inquérito, o consumo nominal é transformado em consumo real através da aplicação de um deflator espacial e temporal para tornar comparáveis os valores de consumo nominal obtidos em diferentes áreas do país e em diferentes alturas do ano. Para tornar comparáveis os valores de consumo real obtidos em diferentes rondas de inquéritos, dividimos os valores de consumo real específicos do inquérito pelas correspondentes linhas de pobreza oficiais. Dado que a linha da pobreza representa o custo de aquisição de uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares, é uma referência do custo de vida relevante para a parte mais pobre da população em cada ronda. A unidade de medida deste indicador é, portanto, o número de cestas básicas de produtos alimentares e não alimentares. Os percentis apresentados são obtidos a partir das distribuições de consumo real específicas do inquérito.

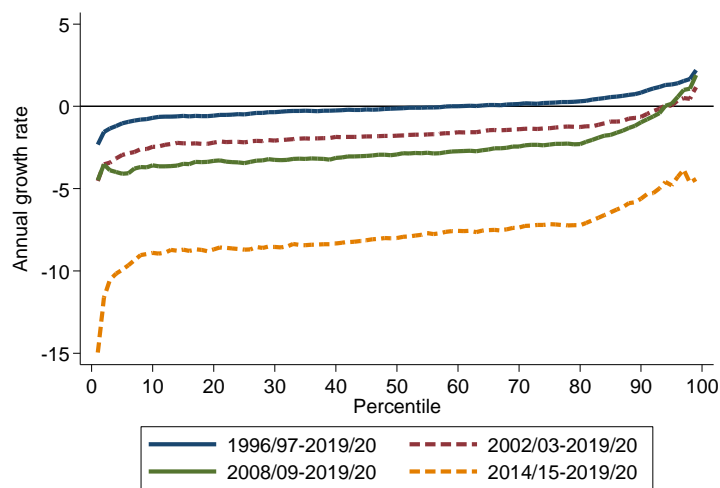
Fonte: Gráfico dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

Figura 5: Curvas de incidência de crescimento, 1996/97–2019/20, cada inquérito comparado com o mais recente

5a: Curvas de incidência de crescimento, consumo real, cada inquérito comparado com o mais recente



5b: Curvas de incidência de crescimento, consumo real, combinados



Nota: As CIC apresentadas baseiam-se na distribuição do consumo real. Em cada inquérito, o consumo nominal é transformado em consumo real através da aplicação de um deflator espacial e temporal para tornar comparáveis os valores de consumo nominal obtidos em diferentes áreas do país e em diferentes alturas do ano. Para tornar comparáveis os valores de consumo real obtidos em diferentes rondas de inquéritos, dividimos os valores de consumo real específicos do inquérito pelas correspondentes linhas de pobreza oficiais. Dado que a linha da pobreza representa o custo de aquisição de uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares, é uma referência do custo de vida relevante para a parte mais pobre da população em cada ronda. A unidade de medida deste indicador é, portanto, o número de cesta básicas de produtos alimentares e não alimentares. Os percentis apresentados são obtidos a partir das distribuições de consumo real específicas do inquérito.

Fonte: Gráfico dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

3.3 Curvas de Lorenz e índice de Gini

Passamos agora a discutir e a representar uma série de curvas de Lorenz derivadas da distribuição do consumo real já descrita na secção de dados, para 2019/20 e todos os outros anos. As curvas de Lorenz são representações gráficas da distribuição do rendimento, do consumo ou da riqueza numa população e são, portanto, ferramentas importantes na análise da desigualdade. Representam percentis da população, ordenados do indivíduo mais pobre para o mais rico em relação às percentagens acumuladas de rendimento, consumo ou riqueza até esse percentil. Assim, a curva mostra, para cada percentil da população, a parte do rendimento total, do consumo ou da riqueza absorvida pela parte da população até esse percentil. Os analistas traçam geralmente as curvas de Lorenz juntamente com uma linha inclinada a 45 graus, que representa uma situação de igualdade perfeita: de facto, numa situação de igualdade perfeita, os 20% mais pobres da população absorveriam uma parte do consumo total exactamente igual aos 20% do rendimento/riqueza/consumo total. Assim, de um ponto de vista gráfico, quanto mais a curva de Lorenz se afasta da linha de igualdade perfeita, mais desigual é uma sociedade.

A Figura 6 apresenta as curvas de Lorenz para 2019/20 a nível nacional (painel a) e desagregadas em áreas rurais e urbanas (painel b) e regiões do país (painel c), bem como uma comparação entre a curva de Lorenz de 2019/20 e as curvas relativas a inquéritos anteriores (painel d). De acordo com o que discutimos acima, as curvas de Lorenz representadas na Figura 6, painel d, mostram um claro aumento da desigualdade em todo o período analisado e em cada subperíodo sucessivo. É importante notar que há um aumento da desigualdade também no último período, 2014/15-2019/20, apesar de estes anos terem assistido a uma contracção significativa do consumo.

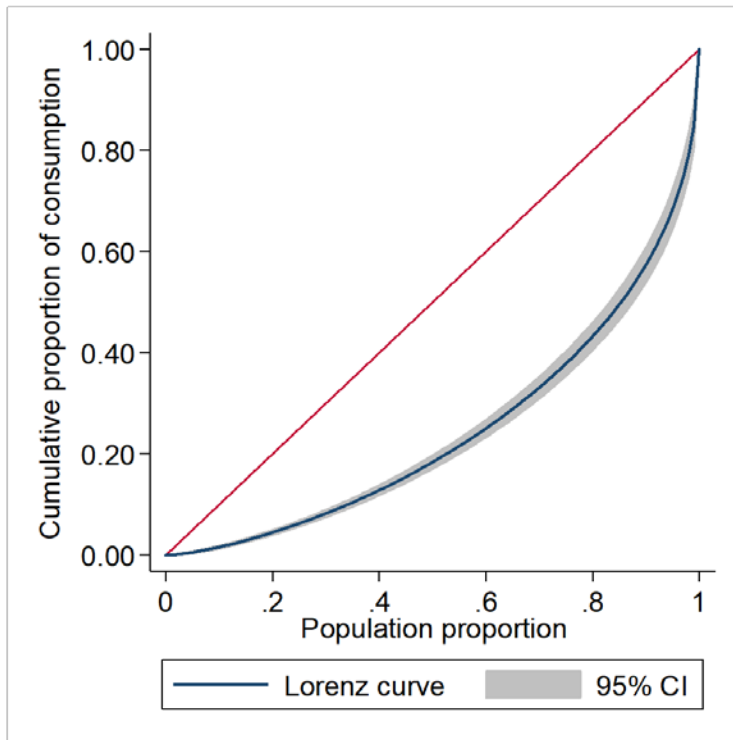
A análise de dominância confirma amplamente estes resultados. Em geral, a curva de Lorenz de uma distribuição A domina a curva de Lorenz de uma distribuição B se a curva para A estiver acima da curva para B em todos os pontos da distribuição. Neste caso, a distribuição A é mais igualitária do que a distribuição B. No entanto, quando as curvas se intersectam, é possível fazer afirmações apenas sobre segmentos da distribuição. Isto também é verdade na maioria dos casos aqui apresentados. No entanto, na maioria deles, podemos fazer afirmações sobre segmentos bastante grandes da distribuição, de modo que as comparações de desigualdade surgem com razoável clareza.

Em particular, a distribuição do consumo real para 2014/15 domina a de 2019/20 (ou seja, a distribuição para 2014/15 é mais igual do que a de 2019/20) entre os percentis 0,1 e 98,4. Além disso, a distribuição de 2019/20 é dominada por todas as outras distribuições em quase toda a distribuição (a distribuição de 1996/97 domina a de 2019/20 entre os percentis 0 e 99,7; as distribuições de 2002/03 e 2008/09 dominam a de 2019/20 entre os percentis 0 e 99,5).

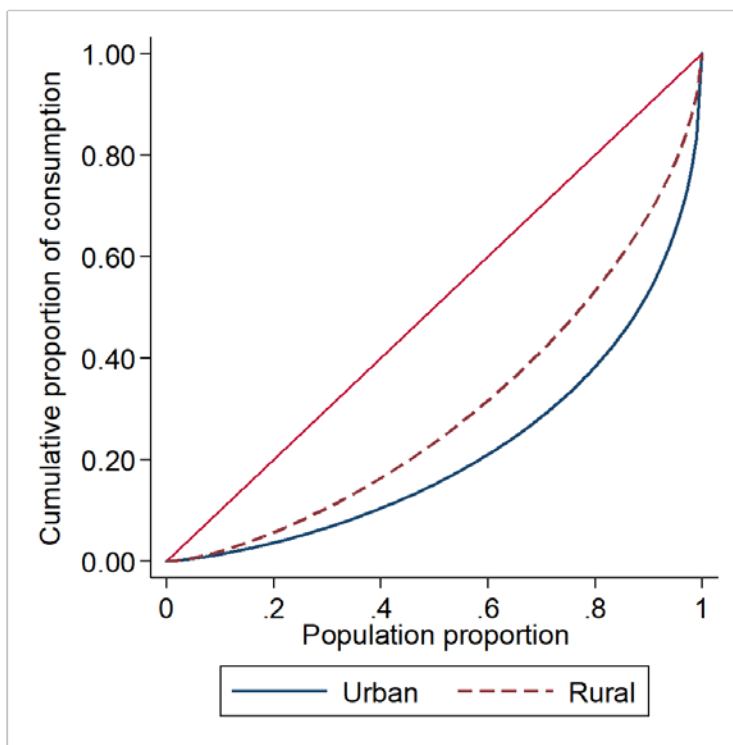
Observando as curvas de Lorenz a nível urbano/rural (painel b) e regional (painel c) para 2019/20, verifica-se que a desigualdade é maior a nível urbano e na região sul, em comparação com as zonas rurais e as regiões centro/norte. Relativamente às zonas urbanas/rurais, a nossa análise de dominância mostra que isto é verdade para a maior parte da distribuição. A distribuição urbana situa-se abaixo da distribuição rural entre os percentis 2,8 e 99,5. Relativamente à análise regional, verificamos que tanto a região centro (entre os percentis 0 e 97,1) como a região norte (entre os percentis 1,9 e 99,9) dominam a região sul.

Figura 6: curvas de Lorenz

6a: Nivel nacional, 2019/20



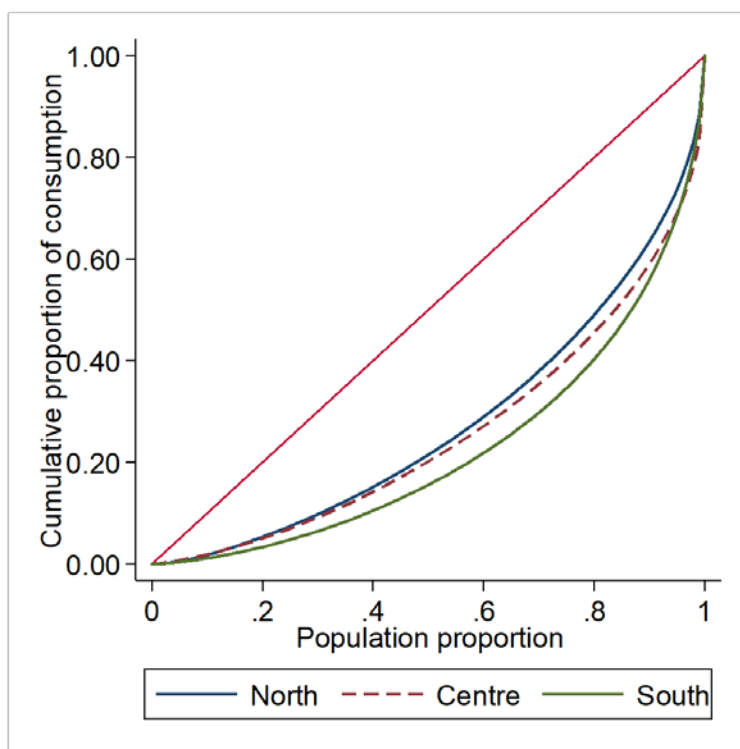
6b: Nivel urbano/rural, 2019/20



Análise de dominância

Curva 1: Urbano	Curva 2: Rural	
Número de intersecção	Percentil crítico	Caso
1	0	A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção
2	0.001	A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção
3	0.028	A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção
4	0.995	A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção
5	0.998	A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção

6c: Nível regional, 2019/20

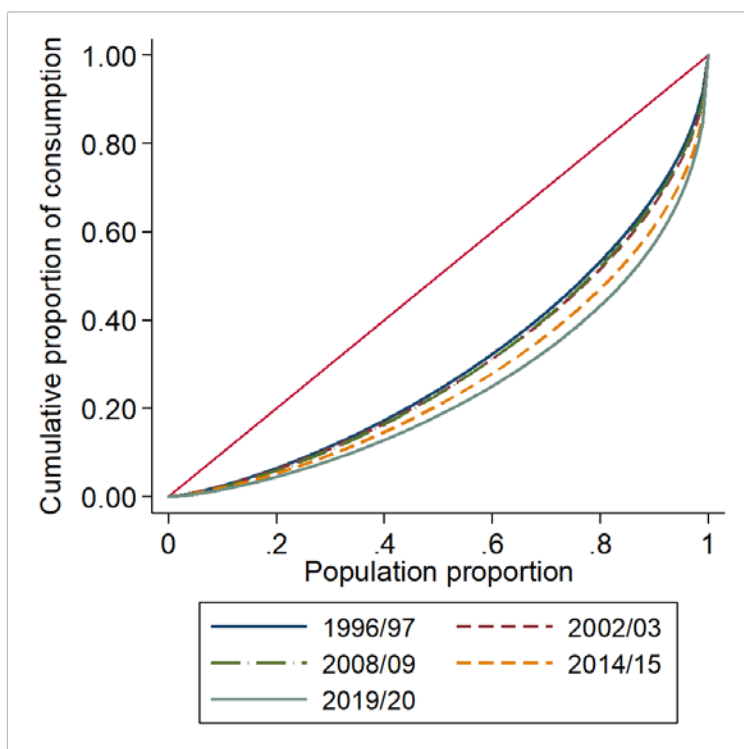


Análise de dominância

Curva 1: Sul	Curva 2: Norte	
Número de intersecção	Percentil crítico	Caso
1	0.005	A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção
2	0.019	A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção
3	0.999	A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção

Curva 1: Sul	Curva 2: Centro	
Número de intersecção	Percentil crítico	Caso
1	0.971	A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção
2	0.992	A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção
3	0.999	A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção

6d: Nível nacional, 1996/97–2019/20



Análise de dominância

Curva 1: 2019/20	Curva 2: 1996/97
Número de intersecção	Percentil crítico Caso
1	0.997 A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção
2	0.999 A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção
Curva 1: 2019/20	Curva 2: 1996/97
Número de intersecção	Percentil crítico Caso
1	0.997 A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção
2	0.999 A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção
Curva 1: 2019/20	Curva 2: 2008/09
Número de intersecção	Percentil crítico Caso
1	0.995 A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção
Curva 1: 2019/20	Curva 2: 2014/15
Número de intersecção	Percentil crítico Caso
1	0.001 A Curva 1 está acima da Curva 2 antes da intersecção
2	0.984 A Curva 1 está abaixo da Curva 2 antes da intersecção

Nota: As proporções acumuladas de consumo baseiam-se em distribuições de consumo real. Em cada inquérito, o consumo nominal é transformado em consumo real através da aplicação de um deflador espacial e temporal para tornar comparáveis os valores de consumo nominal obtidos em diferentes

áreas do país e em diferentes alturas do ano. Para tornar comparáveis os valores de consumo real obtidos em diferentes rondas de inquéritos, dividimos os valores de consumo real específicos do inquérito pelas correspondentes linhas de pobreza oficiais. Dado que a linha da pobreza representa o custo de aquisição de uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares, constitui uma referência do custo de vida relevante para a parte mais pobre da população em cada ronda. A unidade de medida deste indicador é, portanto, o número de cestas básicas de produtos alimentares e não alimentares. As proporções da população e do consumo apresentadas são obtidas a partir das distribuições do consumo real específicas do inquérito. As curvas de Lorenz apresentadas traçam percentis da população, ordenados do indivíduo mais pobre para o mais rico, em relação às proporções acumuladas de consumo até esse percentil. Assim, a curva mostra, para cada percentil da população, a parte do consumo total assumida pela parte da população até esse percentil. A linha inclinada a 45 graus representa a igualdade perfeita, em que os 20% mais pobres da população ficariam com 20% do rendimento/riqueza/consumo total. Quanto mais a curva de Lorenz se afasta da linha de igualdade perfeita, mais desigual é a sociedade.

Fonte: Gráfico dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

O aumento da desigualdade descrito na secção anterior volta a surgir quando se utilizam outros índices, como o de Gini.⁵ O índice de Gini é uma medida agregada da distribuição do rendimento numa população. É derivado da curva de Lorenz apresentada anteriormente, tomando a área entre a linha de igualdade perfeita e a curva de Lorenz e dividindo-a pela área do triângulo abaixo da linha de igualdade perfeita. Quanto maior for o índice de Gini, mais desigual é a sociedade analisada. Assim, o índice de Gini varia entre 0 e 1. É igual a 0 quando a curva de Lorenz coincide com a linha de igualdade perfeita, ou seja, a área entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade perfeita é ela própria igual a 0. É igual a 1 quando a área entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade perfeita coincide com o triângulo abaixo da linha de igualdade perfeita. Neste caso hipotético, o indivíduo mais rico ficaria com todo o consumo, enquanto todos os outros indivíduos teriam uma quota de 0% do consumo total.

A Figura 7 apresenta as estimativas do índice de Gini para Moçambique de 1996/97 a 2019/20, a nível nacional e desagregado em zonas rurais e urbanas. As estimativas do índice de Gini indicam um agravamento da situação, com uma concentração crescente do consumo entre as pessoas mais abastadas ao longo de todo o período. De facto, o índice aumentou de 0,40 em 1996/97 para 0,51 em 2019/20, com um aumento global de 28,7%. O aumento foi modesto de 1996/97 a 2002/03 (+4,6%), mantendo-se quase constante num nível ligeiramente acima de 0,40 até 2008/09 (-0,1% em relação ao período anterior). Na década seguinte, o índice de Gini aumentou 12,7% a partir de 2008/09 e 9,2% de 2014/15 a 2019/20, subindo acentuadamente até ao nível actual (0,51).

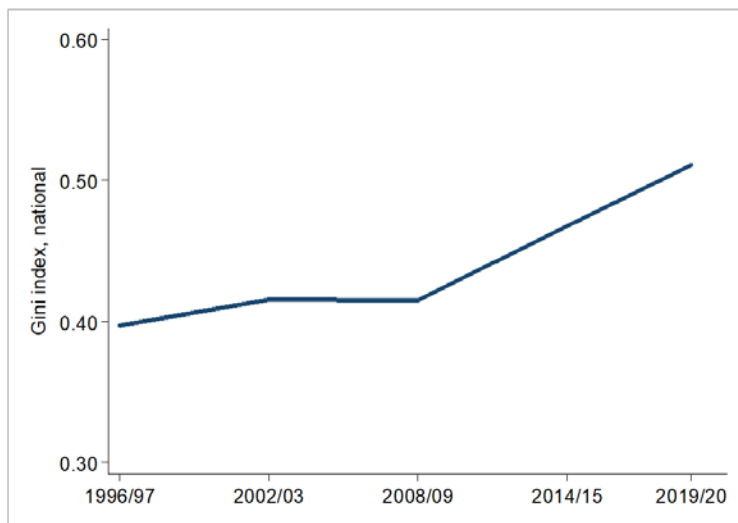
Contrastando com a situação anterior a 2014/15, em que o crescimento da desigualdade estava maioritariamente concentrado nas zonas urbanas, o agravamento da desigualdade em 2019/20 afectou as comunidades rurais e urbanas. Nas zonas urbanas, o índice de Gini começou a aumentar acima da sua tendência histórica durante o período 2008/09-2014/15, continuando a aumentar, ainda que a uma velocidade menor, durante 2014/15-2019/20, tendo atingindo um nível de 0,57. Nas zonas rurais, começou a aumentar apenas no último período, 2014/15-2019/20, passando de 0,37 para 0,41, depois de se ter mantido praticamente constante em 0,37 desde 1996/97.

A nível regional, a desigualdade é mais elevada na região sul, onde se registou o maior aumento no período 2008/09-2014/15. Nas regiões centro e norte, a desigualdade, medida pelo índice de Gini, só começou a aumentar no período 2014/15-2019/20. Em particular, a Figura 7 revela que a desigualdade seguiu, em geral, uma tendência linear ascendente na região sul durante todo o período, embora existam oscilações em torno desta tendência. Na região centro, pelo contrário, a desigualdade estagnou entre 1996/97 e 2008/09, antes de aumentar acentuadamente a partir daí. No Norte, a desigualdade aumentou apenas ligeiramente entre 1996/97 e 2014/15, acelerando no último período, 2014/15-2019/20. Este padrão é semelhante ao registado nas zonas rurais do país.

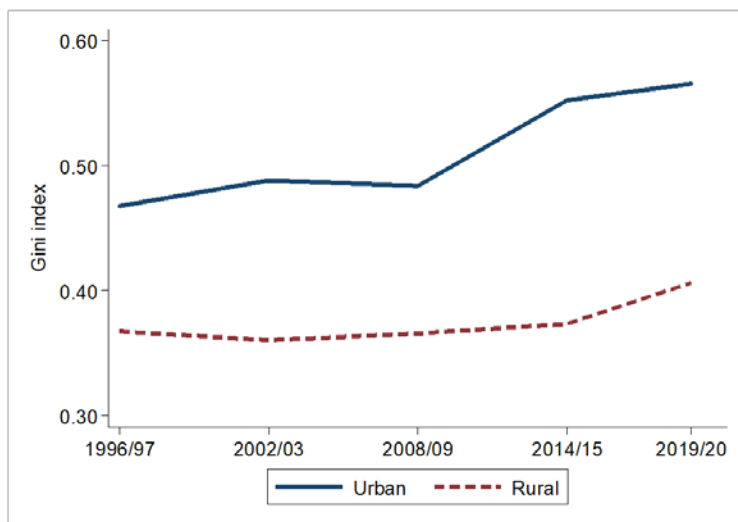
⁵ Gradín e Tarp (2019b) observam que o aumento da desigualdade também surge quando se utiliza os índices de desigualdade de entropia generalizada das famílias e Atkinson, todos eles consistentes com a dominância de Lorenz.

Figura 7: índice de Gini, 1996/97–2019/20

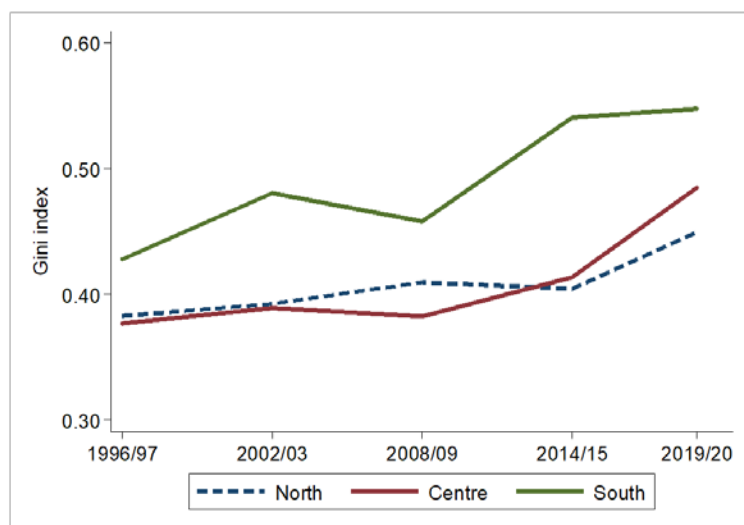
7a: Nivel nacional



7b: Nivel urbano/rural



7c: Nível regional



Nível provincial

	1996/97	2002/03	2008/09	2014/15	2019/20
Niassa	0.354	0.371	0.437	0.382	0.385
Cabo Delgado	0.369	0.465	0.343	0.378	0.420
Nampula	0.391	0.359	0.417	0.416	0.475
Zambézia	0.324	0.347	0.368	0.410	0.377
Tete	0.347	0.392	0.330	0.362	0.586
Manica	0.415	0.394	0.345	0.389	0.500
Sofala	0.403	0.431	0.459	0.470	0.464
Inhambane	0.376	0.441	0.392	0.450	0.489
Gaza	0.381	0.407	0.430	0.452	0.506
Maputo Província	0.422	0.426	0.387	0.469	0.496
Maputo Cidade	0.444	0.524	0.508	0.582	0.524

Nota: O índice de Gini é uma medida da distribuição do rendimento numa população. É derivado da curva de Lorenz, calculada dividindo a área entre a linha de igualdade perfeita e a curva de Lorenz pela área do triângulo abaixo da linha de igualdade perfeita. Quanto maior for esta área, mais desigual é a sociedade. Assim, o índice de Gini varia entre 0 e 1, sendo igual a 0 quando a curva de Lorenz coincide com a linha de igualdade perfeita e igual a 1 quando a área entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade perfeita coincide com o triângulo abaixo da linha de igualdade perfeita. Os índices de Gini apresentados são obtidos a partir das distribuições do consumo real específicas do inquérito.

Fonte: Gráfico dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

Até agora, centrámo-nos apenas na desigualdade relativa, ou seja, nas disparidades de rendimento, consumo ou riqueza entre os indivíduos de uma sociedade em termos relativos. De facto, a maioria dos índices e medidas de desigualdade utilizados na literatura são relativos, sendo um exemplo o índice de Gini acima apresentado. As medidas relativas de desigualdade são invariantes em termos de escala: se todos os rendimentos da distribuição forem multiplicados (ou divididos) pelo mesmo valor – ou seja, se houver um aumento (ou diminuição) na mesma proporção em toda a distribuição –, a desigualdade mantém-se inalterada.

No entanto, também é possível concentrarmo-nos nas disparidades absolutas, ou seja, podemos considerar que a desigualdade não se altera se acrescentarmos o mesmo valor a todos os rendimentos (o que se designa por invariância por translacção). Ravallion (2014) explica eficazmente o axioma da invariância de translacção com um exemplo: dois agregados familiares têm um rendimento de \$1.000 e \$10.000 dólares, respectivamente. Ocorre uma mudança na distribuição, e ambos os rendimentos duplicam para, respectivamente, \$2.000 e \$20.000 dólares. Em termos de desigualdade relativa, nada mudou, uma vez que se registou uma alteração na mesma proporção ao longo da distribuição do

rendimento. No entanto, numa perspectiva absoluta, a diferença de rendimento entre os dois agregados familiares duplicou de 9.000 dólares para 18.000 dólares, o que significa que a desigualdade absoluta aumentou acentuadamente. Outro exemplo esclarecedor é o proposto por Niño-Zarazúa et al. (2017): quando o rendimento duplica de uma forma como a apresentada acima, os mais pobres da distribuição podem agora comprar duas galinhas, enquanto os mais ricos podem comprar dois iates. Alguém com uma perspectiva absoluta da desigualdade argumentaria que a desigualdade aumentou.

A seguir, apresentamos detalhes adicionais sobre a evolução da desigualdade em Moçambique, aplicando uma medida absoluta de desigualdade, ou seja, o índice de Gini absoluto, uma versão absoluta do índice de Gini padrão.

De acordo com Bandyopadhyay (2018), o coeficiente de Gini padrão (relativo), G_t , é calculado da seguinte forma:

$$G_t = G(Y_t) = \frac{1}{2n^2\mu_t} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_{it} - y_{jt}| \quad (1)$$

em que

$$Y_t = (y_{1t}, y_{2t}, \dots, y_{nt}) \quad (2)$$

e

$$\mu_t = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n y_i \quad (3)$$

em que y_{it} é o rendimento do indivíduo i no período t ; Y_t é a distribuição do rendimento pelos indivíduos no período de tempo t , enquanto μ_t é o rendimento médio da distribuição do rendimento Y_t . A equação 1 acima também corresponde ao rácio de dois componentes:

$$G_t = \frac{A_t}{\mu_t} \quad (4)$$

em que

$$A_t = \frac{1}{2n^2} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_{it} - y_{jt}| \quad (5)$$

indica o índice de Gini absoluto e corresponde a metade da diferença média.⁶ Tal como discutido nos exemplos acima apresentados, as tendências do índice de Gini absoluto e relativo podem ser muito diferentes ou mesmo opostas. Isto significa que olhar para a desigualdade relativa ou absoluta pode revelar um quadro muito diferente em termos da evolução da desigualdade em certos contextos (Bandyopadhyay 2018).

Centrando-nos na desigualdade absoluta em Moçambique, a evolução da tendência ao longo dos anos fornece alguns detalhes interessantes sobre a evolução da desigualdade, que captamos através de medidas de desigualdade relativa. Conforme introduzido, o índice de Gini absoluto é uma medida que reflecte as disparidades absolutas (ou seja, em termos de meticais por pessoa por dia, não em termos de rácios) entre indivíduos numa sociedade num determinado ano.

A Figura 8 apresenta uma comparação entre os índices de Gini relativo e absoluto e o índice de Gini absoluto ao nível urbano/rural e regional. Mais uma vez, podemos observar duas dinâmicas diferentes consoante o período analisado. No período 1996/97-2014/15, o índice de Gini absoluto mostra um aumento constante, especialmente a nível urbano e para a região sul. Este facto confirma que nesses anos se verificou uma concentração crescente do consumo entre os mais favorecidos, em termos absolutos ainda mais do que em termos relativos, com o índice a passar de 0,39 em 1996/97 para 0,55 em 2002/03 (+41,5%). Em seguida, manteve-se em 0,55 em 2008/09 e aumentou para 0,75 em 2014/15 (+36,8% em relação a 2008/09 e +95,4% em relação a 1996/97). O aumento foi ainda mais

⁶ Por sua vez, $A_t = G_t \times \mu_t$, em que G_t é o coeficiente de Gini padrão (relativo) e μ_t é o rendimento médio da distribuição do rendimento Y_t .

acentuado a nível urbano (+125,7% em 2014/15 relativamente a 1996/97) e para a região sul (+182,0% em 2014/15 relativamente a 1996/97).

Estas estimativas também corroboram as conclusões acima referidas relativas às análises dos percentis e dos rácios de percentis. De facto, revelam que as disparidades em termos absolutos entre os indivíduos mais ricos e mais pobres se agravaram ao longo do tempo, o que parece dever-se sobretudo ao facto de o topo da distribuição ter aumentado substancialmente os seus níveis de consumo (real), enquanto os níveis de consumo da base e da mediana da distribuição estagnaram ou aumentaram apenas ligeiramente.

Centrando-nos no período mais recente, 2014/15-2019/20, verificamos que, ao contrário dos anos anteriores, a desigualdade absoluta diminuiu a todos os níveis. Este facto pode parecer contraintuitivo, tendo em conta os resultados apresentados anteriormente, que afirmam que a desigualdade continuou a aumentar também nos últimos anos. No entanto, o que continuou a aumentar nos últimos anos foi a desigualdade relativa, medida pelo índice de Gini e por outras medidas como os rácios de percentil ou o rácio de Palma.

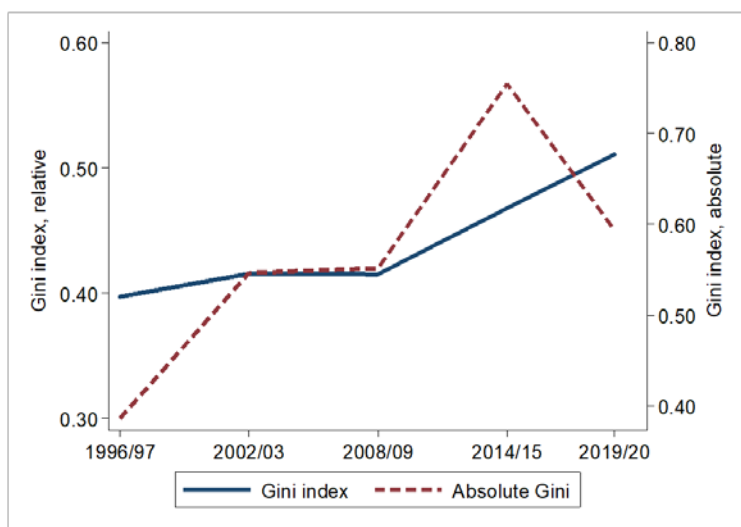
O que parece ter acontecido entre 2014/15 e 2019/20 é uma queda no consumo de praticamente todos os indivíduos na distribuição do consumo. Neste processo, os indivíduos no topo da distribuição do consumo perderam, em média, mais em termos absolutos do que os mais pobres, o que resultou numa redução das disparidades absolutas. Ao mesmo tempo, em termos relativos, a diferença entre os indivíduos pobres e ricos aumentou, pelo que as medidas relativas de desigualdade registam um aumento das disparidades.⁷

Durante este período, observamos o mesmo processo (ou seja, diminuição da desigualdade absoluta e aumento da desigualdade relativa) tanto a nível urbano como rural, embora seja mais evidente a nível urbano e para a região sul. A dinâmica parece menos clara quando se analisam as regiões centro e norte, com a região norte a registar um aumento da desigualdade absoluta entre 1996/97 e 2008/09 e uma diminuição da desigualdade absoluta depois disso, enquanto a região centro apresenta uma tendência globalmente crescente ao longo de todo o período, com pequenas oscilações em torno da tendência principal.

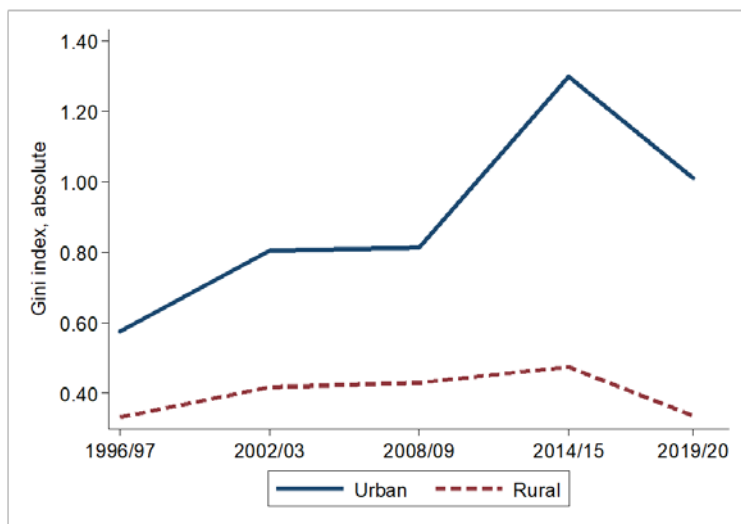
⁷ Um bom exemplo neste sentido é fornecido pela análise do percentil e do rácio de percentil apresentada acima. Os resultados para o período 2014/15-2019/20 mostram que os percentis mais ricos perderam mais em termos absolutos do que os seus homólogos mais pobres (ou seja, o consumo real diminuiu mais em termos absolutos para os percentis mais ricos do que para os percentis mais pobres). No entanto, os rácios entre os percentis mais ricos e mais pobres aumentaram. Por exemplo, o percentil 90 passou de um nível de consumo real de 2,8 em 2014/15 para 2,1 em 2019/20, medido em termos de cestas básicas, enquanto o percentil 10 passou de um nível de consumo real de 0,5 em 2014/15 para 0,3 em 2019/20. A diferença absoluta para o primeiro grupo é de -0,7, enquanto para o segundo grupo é de apenas -0,2, ou seja, a diferença absoluta reduziu-se de 2,3 em 2014/15 para 1,8 em 2019/20. Ainda assim, o rácio entre os dois grupos passou de 6,2 em 2014/15 para 7,5 em 2019/20, pelo que a diferença em termos relativos aumentou. O mesmo acontece com o percentil 95 quando comparado com o percentil 5 e com a maioria das comparações que envolvem percentis no topo e na base da distribuição.

Figura 8: Índice de Gini absoluto, 1996/97-2019/20

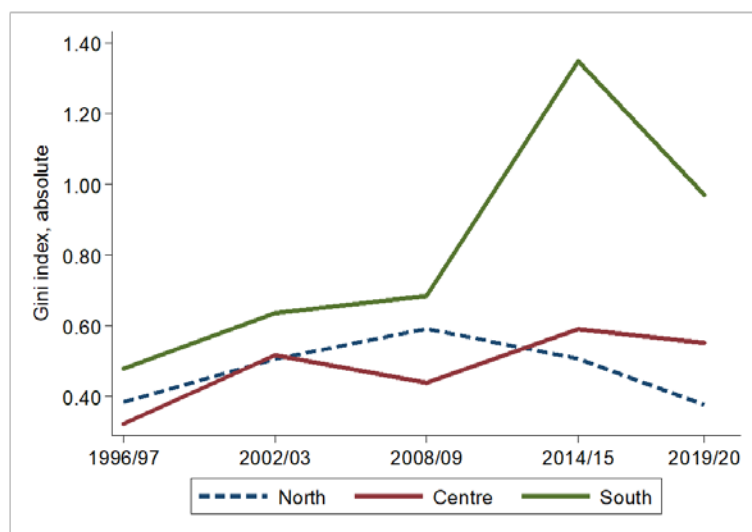
8a: Índice de Gini relativo versus absoluto, a nivel nacional



8b: Nivel urbano/rural



8c: Nível regional



Nota: O índice de Gini é uma medida da distribuição do rendimento numa população. Tal como apresentado na Equação 1, o índice de Gini padrão (relativo) pode ser expresso como o rácio de duas componentes: $G_t = \frac{A_t}{\mu_t}$, em que $A_t = \frac{1}{2n^2} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_{it} - y_{jt}|$ indica o índice de Gini absoluto e corresponde a metade da diferença média. Por sua vez, $A_t = G_t \times \mu_t$, em que G_t é o coeficiente de Gini padrão (relativo) e μ_t é o rendimento médio da distribuição do rendimento Y_t . Os índices de Gini absolutos aqui apresentados são obtidos a partir das distribuições do consumo real específicas do inquérito.

Fonte: Gráficos dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

3.4 Desigualdade espacial

Nas secções anteriores, mostrámos que a desigualdade no consumo é maior nas zonas urbanas e no sul de Moçambique do que nas zonas rurais e no centro e norte. Nos últimos anos (2014/15-2019/20), o aumento da desigualdade também se espalhou para áreas anteriormente não afectadas, ou seja, as zonas rurais e o norte.

Em geral, um grande conjunto de literatura e evidências crescentes mostram que Moçambique é caracterizado por uma forte divisão urbano-rural e um acentuado gradiente norte-sul entre diferentes áreas e províncias do país em termos de desigualdade espacial no consumo, bem-estar, pobreza e outros indicadores de bem-estar. Em particular, as áreas urbanas e as províncias do sul apresentam consistentemente níveis mais elevados de desenvolvimento, de acordo com muitos indicadores e métricas diferentes. Além disso, as melhorias do bem-estar ocorreram a ritmos diferentes em zonas diferentes, por vezes aprofundando a disparidade entre as zonas urbanas e rurais e entre o centro/norte e o sul.

É importante referir que, embora o aumento da desigualdade a nível nacional que ocorreu entre 2008/09 e 2014/15 tenha ocorrido em simultâneo com uma redução da taxa de pobreza nacional de cerca de 6 pontos percentuais, no período subsequente não só a desigualdade aumentou acentuadamente, como os níveis de consumo real diminuíram efectivamente em comparação com o período anterior. Como já foi referido, no último subperíodo a desigualdade aumentou também nas zonas rurais e no norte, não se tendo registado ganhos em termos de consumo real. Pelo contrário, a diferença de consumo real entre as zonas rurais e urbanas aumentou significativamente (Tabela 1). Quando o consumo médio real nas zonas rurais é medido em percentagem do consumo médio real nas zonas urbanas, passa de 73,5% em 1996/97 para 46,3% em 2019/20. A diferença de consumo real entre o sul e o norte e o centro também aumentou. Quando o consumo médio real no norte e no centro é medido como uma percentagem do consumo médio real no sul, diminui de 89,7% (norte) e 76,6% (centro) em 1996/97 para 47,3% (norte) e 64,2% (centro) em 2019/20 (Tabela 1).

Uma desagregação dos níveis provinciais esclarece melhor esta tendência persistentemente divergente. Embora a contracção do consumo real tenha ocorrido também no sul urbano, quando o consumo médio real nas províncias do norte e centro é medido como uma percentagem do consumo médio real em Maputo Cidade, mostra quedas importantes em todas as províncias do centro/norte, ou seja, Niassa

(de 56,3 para 29,7%), Cabo Delgado (de 75,1 para 24,4%), Nampula (de 63,9 para 28,0%) e Zambézia (de 61,8 para 27,7%) (Tabela 1).

Por conseguinte, o aumento da desigualdade em áreas com uma incidência historicamente mais elevada de pobreza é um sério motivo de preocupação. Os resultados dos últimos dados do IOF19/20 mostram que este processo está de facto a ocorrer. Enquanto os inquéritos anteriores revelaram que os aumentos da desigualdade não impediram a redução da pobreza, as estimativas do inquérito de 2019/20 mostram que os aumentos da desigualdade foram acompanhados por quedas significativas também no consumo real. Além disso, não só a desigualdade está a aumentar nas zonas rurais e urbanas, como os dados mais recentes também mostram que o fosso em termos de consumo real e bem-estar entre as zonas urbanas e rurais e entre o centro/norte e o sul do país está a aumentar.

Tabela 1: Consumo real, 1996/97–2019/20

	Consumo real		Consumo médio real nas zonas rurais em percentagem do consumo médio real nas zonas urbanas								
	Urbano	Rural			Rural						
1996/97	1.23	0.90			73.5%						
2002/03	1.65	1.16			70.3%						
2008/09	1.68	1.18			69.9%						
2014/15	2.35	1.27			54.1%						
2019/20	1.79	0.83			46.3%						
	Consumo real			Consumo médio real no norte/centro em percentagem do consumo médio real no sul							
	Norte	Centro	Sul		Norte	Centro					
1996/97	1.00	0.86	1.12		89.7%	76.6%					
2002/03	1.29	1.33	1.32		97.4%	100.3%					
2008/09	1.44	1.15	1.50		96.5%	76.8%					
2014/15	1.25	1.43	2.50		50.2%	57.2%					
2019/20	0.84	1.14	1.77		47.3%	64.2%					
	Consumo real										
	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Província	Maputo Cidade
1996/97	0.86	1.15	0.98	0.95	0.72	1.17	0.60	0.77	1.12	1.08	1.53
2002/03	1.37	1.37	1.23	1.28	1.02	1.34	1.72	0.82	1.33	1.21	2.07
2008/09	1.79	1.44	1.34	1.04	1.29	1.13	1.25	1.31	1.12	1.26	2.46
2014/15	1.07	1.42	1.25	1.23	1.57	1.50	1.66	1.53	1.45	2.73	4.52
2019/20	0.90	0.74	0.85	0.84	1.53	1.22	1.26	1.22	0.82	2.14	3.05
	Consumo médio real em cada província como percentagem do consumo médio real em Maputo Cidade										
	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Província	
1996/97	56.3%	75.1%	63.9%	61.8%	46.6%	76.5%	38.9%	50.1%	72.8%	70.4%	
2002/03	66.2%	66.4%	59.4%	61.6%	49.3%	64.8%	82.9%	39.7%	64.0%	58.5%	
2008/09	73.0%	58.6%	54.4%	42.3%	52.6%	46.2%	51.1%	53.3%	45.5%	51.3%	
2014/15	23.6%	31.3%	27.7%	27.1%	34.8%	33.3%	36.7%	33.9%	32.1%	60.5%	
2019/20	29.7%	24.4%	28.0%	27.7%	50.3%	40.2%	41.2%	40.1%	26.8%	70.2%	

Nota: Em cada inquérito, o consumo nominal é transformado em consumo real através da aplicação de um deflator espacial e temporal para tornar comparáveis os valores de consumo nominal obtidos em diferentes áreas do país e em diferentes alturas do ano. Para tornar comparáveis os valores de consumo real obtidos em diferentes rondas de inquéritos, dividimos os valores de consumo real específicos do inquérito pelas correspondentes linhas de pobreza oficiais. Dado que a linha da pobreza representa o custo de aquisição de uma cesta básica de produtos alimentares e não alimentares, é uma referência do custo de vida relevante para a parte mais pobre da população em cada ronda. A unidade de medida deste indicador é, portanto, o número de cestas básicas de produtos alimentares e não alimentares.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

Uma tendência semelhante é evidente quando se foca a pobreza multidimensional. O cálculo da pobreza multidimensional baseia-se no método Alkire-Foster (ver Anexo) e segue a mesma metodologia descrita em MEF-DEEF (2016). Basicamente, o método de Alkire-Foster é aplicado a seis indicadores de bem-estar, com igual ponderação. Estes incluem: (i) ter pelo menos um membro do agregado familiar que tenha concluído o 1.º Grau do Ensino Primário (cinco anos); (ii) acesso a água potável; (iii) acesso a saneamento de qualidade; (iv) telhado de boa qualidade; (v) acesso a electricidade; e (vi) posse dos bens duráveis mais comuns. Os pormenores são apresentados no Apêndice.

Na Tabela 2 apresentamos os níveis de privação em cada um dos indicadores acima descritos. Em geral, há uma tendência positiva de redução da privação na maioria dos indicadores, embora os níveis de privação no acesso a uma fonte de água potável e na posse de bens duráveis tenham aumentado em 2019/20. Tal como no caso do consumo médio real em diferentes zonas e províncias, existem diferenças substanciais entre zonas urbanas e rurais e entre regiões no que respeita a todos os indicadores considerados. Comparando as zonas urbanas e rurais, os dados mais recentes revelam diferenças acentuadas nos níveis de privação, especialmente em termos de acesso à electricidade. Apenas 26,7% dos agregados familiares nas zonas urbanas são carenciados nesta dimensão, enquanto nas zonas rurais o nível é próximo dos 90%. Quanto à divisão norte-sul, as diferenças destacam-se em termos da qualidade do telhado da casa (apenas 9% das pessoas no sul estão privadas neste indicador, enquanto no norte a percentagem de agregados familiares com telhados que utilizam materiais rudimentares é de 69,3%). Enquanto o acesso à água potável melhorou nas zonas urbanas de 2014/15 a 2019/20, ocorreu uma tendência oposta nas zonas rurais do país, onde a percentagem de agregados familiares privados neste indicador aumentou para 64,1%.

Tal como explicado no Anexo, para calcular a pobreza multidimensional, o MEF-DEEF (2016) definiu um limiar de 60%. Isto significa que, se um indivíduo for privado em pelo menos 60% dos indicadores de bem-estar ponderados descritos na Tabela A1 do Anexo, é considerado pobre do ponto de vista multidimensional. Aplicamos o mesmo peso a todos os indicadores aqui analisados, o que significa que um indivíduo é considerado pobre quando é privado em pelo menos quatro dos seis indicadores. A contagem da pobreza multidimensional assim obtida (ou incidência da pobreza, H) é a proporção de agregados familiares identificados como pobres. A intensidade da pobreza (A) é o nível médio de privação entre a população considerada multidimensionalmente pobre. A incidência ajustada da pobreza (M^0) ou Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) indica o nível de pobreza multidimensional, considerando tanto a intensidade como a incidência da pobreza multidimensional, de modo que $M^0 = H \times A$.

A Tabela 3 apresenta a incidência da pobreza e o IPM a nível nacional, urbano/rural, regional e provincial. A nível nacional, enquanto houve uma diminuição constante deste índice de 1996/97 a 2014/15, no último subperíodo o IPM e a incidência da pobreza multidimensional quase estagnaram. Este facto corresponde a uma época de aumento da desigualdade e de diminuição dos níveis de consumo real. Ao utilizar este indicador, podemos ver também que as diferenças entre as zonas urbanas e rurais, bem como as diferenças a nível regional e provincial, são substanciais. Em particular, enquanto o IPM é de 0,59 nas zonas rurais, o valor é de apenas 0,15 para as zonas urbanas, e a incidência da pobreza multidimensional é de 71% nas zonas rurais e 19% nas zonas urbanas, ou seja, a percentagem de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres nas zonas rurais é mais de três vezes superior à das zonas urbanas. A nível provincial, as diferenças são ainda mais acentuadas. Enquanto o IPM é inferior a 0,05 para Maputo Cidade e Maputo Província, os valores para todas as províncias do norte são superiores a 0,50. Além disso, a percentagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional é consideravelmente mais elevada nas províncias do norte e centro (Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala) do que nas zonas mais a sul (Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade). Esta divisão acentuada, que existe no IPM a nível provincial, é também mostrada na Figura 8, para todos os anos disponíveis.

Tabela 3: Prevalência de privação para cada indicador de pobreza multidimensional, 1996/97–2019/20 (%)

	1996/97	2002/03	2008/09	2014/15	2019/20	1996/97	2002/03	2008/09	2014/15	2019/20
	Educação					Água				
Nacional	64.1	53.3	40.4	32.4	27.5	73.1	58.6	57.5	47.2	49.8
Urbano	28.6	22.4	16.1	10.8	10.4	34.5	30.4	32.9	16.5	23.1
Rural	73.6	67.8	51.0	42.6	36.7	83.4	71.9	68.3	61.4	64.1
Norte	72.1	64.0	49.4	43.1	39.4	80.1	57.5	60.7	56.8	58.8
Centro	70.2	58.5	44.0	35.1	27.5	78.5	67.3	64.9	53.9	58.2
Sul	45.4	31.2	21.5	11.9	8.6	56.4	45.4	39.9	20.4	16.8
	Saneamento					Telhado				
Nacional	95.5	86.0	82.0	71.6	67.6	78.3	70.9	67.3	58.0	52.1
Urbano	85.4	61.8	54.9	41.1	38.2	38.0	37.3	31.8	25.3	20.9
Rural	98.3	97.4	93.9	85.9	83.4	89.0	86.7	82.8	73.3	68.8
Norte	98.6	92.8	90.6	79.3	76.3	95.9	90.4	85.8	77.1	69.3
Centro	98.3	91.0	89.1	80.0	74.4	90.4	83.6	78.3	65.7	58.7
Sul	87.9	69.2	57.5	44.3	38.4	38.9	25.5	22.0	15.2	8.7
	Electricidade					Bens duráveis				
Nacional	93.9	91.1	84.8	72.9	67.9	87.3	79.5	68.7	49.8	58.0
Urbano	75.2	73.2	53.3	28.8	26.7	92.2	88.3	79.6	60.7	35.3
Rural	98.9	99.5	98.6	93.5	89.9	69.2	60.8	43.8	26.4	70.2
Norte	96.6	93.6	90.9	79.8	73.5	93.8	83.2	78.3	55.4	64.6
Centro	97.3	95.0	91.4	82.8	77.2	91.2	87.3	75.0	59.7	64.3
Sul	85.5	81.4	64.7	43.9	38.8	72.8	63.6	43.0	24.6	33.9

Nota: Prevalência de privação (em percentagem) para cada indicador de pobreza multidimensional considerado na avaliação da pobreza multidimensional.

Fonte: Elaboração dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

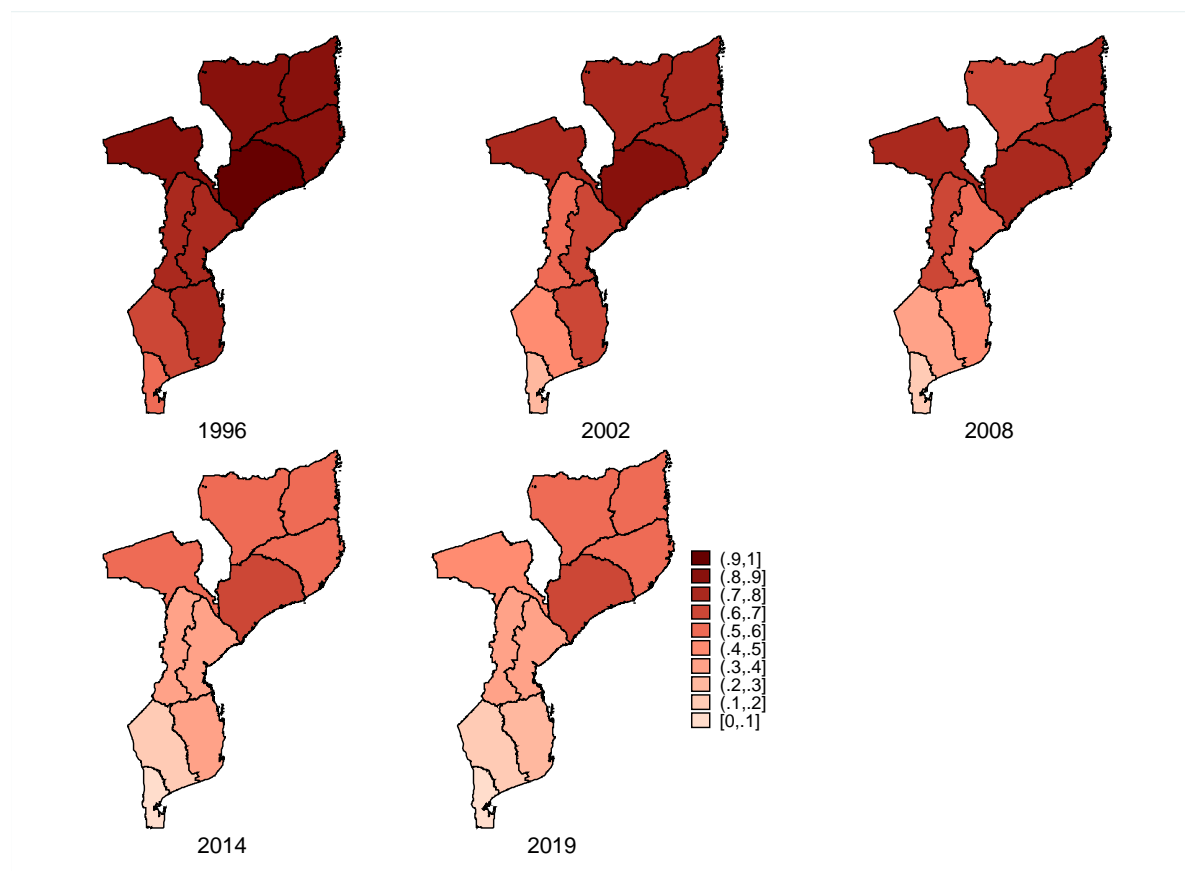
Tabela 4: Incidência da pobreza multidimensional (H) (%) e IPM (M^0), 1996/97–2019/20

	H					M^0				
	1996/97	2002/03	2008/09	2014/15	2019/20	1996/97	2002/03	2008/09	2014/15	2019/20
Nacional	0.86	0.76	0.69	0.54	0.53	0.77	0.66	0.59	0.44	0.43
Urbano	0.50	0.41	0.31	0.18	0.19	0.40	0.32	0.25	0.14	0.15
Rural	0.95	0.92	0.86	0.71	0.71	0.87	0.82	0.73	0.58	0.59
Norte	0.95	0.87	0.81	0.67	0.65	0.87	0.77	0.69	0.55	0.54
Centro	0.93	0.84	0.80	0.63	0.61	0.85	0.75	0.68	0.52	0.50
Sul	0.64	0.48	0.33	0.19	0.15	0.53	0.38	0.26	0.14	0.11
Niassa	0.95	0.89	0.77	0.71	0.68	0.87	0.77	0.63	0.58	0.56
Cabo Delgado	0.97	0.90	0.83	0.62	0.65	0.87	0.80	0.70	0.51	0.53
Nampula	0.95	0.85	0.82	0.67	0.64	0.87	0.76	0.71	0.57	0.53
Zambézia	0.96	0.92	0.88	0.74	0.74	0.91	0.84	0.76	0.62	0.62
Tete	0.95	0.89	0.85	0.67	0.59	0.87	0.79	0.71	0.55	0.48
Manica	0.89	0.70	0.76	0.49	0.47	0.79	0.59	0.62	0.39	0.36
Sofala	0.86	0.71	0.62	0.46	0.50	0.77	0.61	0.52	0.36	0.39
Inhambane	0.83	0.81	0.60	0.43	0.37	0.72	0.67	0.49	0.33	0.28
Gaza	0.79	0.52	0.47	0.23	0.19	0.66	0.41	0.37	0.17	0.14
Maputo Província	0.73	0.38	0.18	0.07	0.05	0.59	0.27	0.13	0.05	0.03
Maputo Cidade	0.18	0.13	0.03	0.01	0.00	0.13	0.09	0.02	0.00	0.00

Nota: Incidência da pobreza multidimensional (H) e IPM (M^0) na avaliação da pobreza multidimensional, 1996/97-2014/15. Níveis nacional, urbano/rural, regional e provincial. A incidência da pobreza multidimensional (H) é a percentagem de indivíduos identificados como pobres – ou seja, indivíduos que enfrentam uma percentagem de privação acima do linha da pobreza estabelecido (60% das dimensões de privação, ou quatro dos seis indicadores seleccionados). A incidência da pobreza ajustada ou o índice de pobreza multidimensional (M^0 ou IPM) indica até que ponto a população de uma determinada região é pobre, tendo em conta a incidência e a intensidade da pobreza, $M^0 = H \times A$.

Fonte: Elaboração dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

Figura 8. Índice de pobreza multidimensional (IPM), nível provincial, 1996/97–2019/20



Nota: IPM (M^0) na avaliação da pobreza multidimensional, 1996/97-2014/15, nível provincial (cada gráfico corresponde a um ano de inquérito). A incidência da pobreza ajustada ou índice de pobreza multidimensional (M^0 ou IPM) indica até que ponto a população de uma determinada região é pobre, tendo em conta a incidência e a intensidade da pobreza, $M^0 = H \times A$.

Fonte: Gráficos dos autores com base em IAF96/97, IAF02/03, IOF08/09, IOF14/15 e IOF19/20.

4 Conclusões

Na viragem do milénio, Moçambique iniciou uma jornada de crescimento económico acelerado, acompanhado por uma redução substancial da taxa de pobreza. No entanto, este desenvolvimento foi acompanhado por um aumento considerável do nível de desigualdade, especialmente nos últimos anos. De facto, até 2014/15, o consumo aumentou muito mais para as famílias mais ricas, deixando para trás os mais desfavorecidos. Nos últimos anos, devido às múltiplas crises que abalaram o país, o consumo diminuiu em toda a distribuição. No entanto, a diminuição foi proporcionalmente mais elevada para as pessoas que se encontram na base da distribuição do consumo, enquanto as pessoas em melhor situação económica sofreram relativamente menos com os choques.

Este aumento da desigualdade ocorre num país já de si desigual, que há muito se caracteriza por clivagens acentuadas em termos de consumo e de pobreza multidimensional ao longo da dimensão urbano-rural, do

gradiente norte-sul e da dimensão regional.⁸ Além disso, os múltiplos choques económicos, naturais, sociais e políticos que afectaram o país a partir de 2014/15 tiveram consequências terríveis para o bem-estar da população. Todos os percentis da população sofreram uma queda no consumo real, mas os mais ricos perderam menos, em proporção, do que os mais pobres, embora tenham perdido mais em termos absolutos. Isto significa que o fosso relativo entre as pessoas mais favorecidas e as mais desfavorecidas continuou a aumentar.

À medida que o país se lança na produção e exportação de recursos naturais e minerais estrategicamente importantes, uma tendência crescente de desigualdade de rendimentos associada a níveis de pobreza persistentemente elevados e em agravamento pode ser perigosa para a coesão social, a estabilidade económica e social, a governação e o crescimento. É necessária uma acção política eficaz para garantir um maior grau de crescimento inclusivo, a fim de evitar que o que era um país em desenvolvimento em rápido crescimento e com redução da pobreza se torne num Estado ainda mais dividido, desigual e propenso a conflitos.

⁸ Gradín e Tarp (2019b) sublinham que este aumento da desigualdade também pode ser explicado como o resultado do surgimento de uma população cada vez mais qualificada a trabalhar no sector privado da economia de não subsistência, que é pequeno, mas está em expansão.

Referências bibliográficas

- Alkire, S., e J. Foster (2011). 'Counting and Multidimensional Poverty Measurement'. *Journal of Public Economics*, 95(7-8): 476-87.
- Alvaredo, F., e L.C. Gasparini (2015). 'Recent Trends in Inequality and Poverty in Developing Countries'. In A.B. Atkinson and F. Bourguignon (eds), *Handbook of Income Distribution*, Vol. 2. Amsterdão: Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-59428-0.00010-2>
- Arndt, C., R.C. James, e K.R. Simler (2006). 'Has Economic Growth in Mozambique Been Pro-Poor?' *Journal of African Economies*, 15(4): 571-602. <https://doi.org/10.1093/jae/ejk011>
- Arndt, C., U. Beck, M.A. Hussain, K. Simler, F. Tarp, e K. Mahrt (2017). 'User Guide to Poverty Line Estimation Analytical Software (PLEASE)'. In C. Arndt e F. Tarp (eds), *Measuring Poverty and Wellbeing in Developing Countries*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198744801.001.0001>
- Bandyopadhyay, S. (2018). 'The Absolute Gini Is a More Reliable Measure of Inequality for Time Dependent Analyses (compared with the Relative Gini)'. *Economics Letters*, 162: 135-39. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2017.07.012>
- Banerjee A.V., e E. Duflo (2003). 'Inequality and Growth: What Can the Data Say?' *Journal of Economic Growth* 8(3): 267-99. <https://doi.org/10.1023/A:1026205114860>
- Berardi, N., e F. Marzo (2015). 'The Elasticity of Poverty with respect to Sectoral Growth in Africa'. *The Review of Income and Wealth*, 63(1): 147-68. <https://doi.org/10.1111/roiw.12203>
- Bourguignon, F. (2004). 'The Poverty-Growth-Inequality Triangle'. Working Paper 125. Nova Deli: Indian Council for Research on International Economic Relations.
- Breunig R.V., e O. Majeed (2016). 'Inequality or Poverty: Which Is Bad for Growth?' CAMA Working Paper 43/2016. Canberra: Centre for Applied Macroeconomic Analysis (CAMA), Crawford School of Public Policy, Australian National University. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2811453>
- Cornia G.A., T. Addison, e S. Kiiski (2003). 'Income Distribution Changes and Their Impact in the Post-World War II Period'. WIDER Working Paper 2003/28. Helsinquia: UNU-WIDER. <https://doi.org/10.1093/0199271410.003.0002>
- Cornia G.A., T. Addison, e S. Kiiski (2004). 'Income Distribution Changes and Their Impact in the Post-Second World War Period'. In G.A. Cornia (ed.), *Inequality, Growth and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/0199271410.003.0002>
- Deininger, K., e L. Squire (1997). 'Economic Growth and Income Inequality: Reexamining the Links'. *Finance & Development*, 34(001): 38-41.
- DNEAP (Direção Nacional de Estudos e Análise Política) (2010). *Poverty and Wellbeing in Mozambique: Third National Poverty Assessment*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- DNPO (Direção Nacional da Planificação e Orçamento) (1998). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The First National Assessment*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- Ferreira, F.H. (2010). 'Distributions in Motion: Economic Growth, Inequality, and Poverty Dynamics'. World Bank Policy Research Working Paper 5424. Washington, DC: Banco Mundial. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-5424>
- Fosu, A.K. (2017). 'Growth, Inequality, and Poverty Reduction in Developing Countries: Recent Global Evidence'. *Research in Economics*, 71(2): 306-36. <https://doi.org/10.1016/j.rie.2016.05.005>
- Gradin, C. (2021). 'Trends in Global Inequality using a New Integrated Dataset'. WIDER Working Paper 2021/61. Helsinquia: UNU-WIDER. <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2021/999-0>
- Gradin, C., e F. Tarp (2019a). 'Inequalities in the Least Developed Countries: Some Lessons from Africa'. Edição especial. *South African Journal of Economics*, 87(2).

- Gradin, C., e F. Tarp (2019b). 'Investigating Growing Inequality in Mozambique'. *South African Journal of Economics*, 87: 110–38. <https://doi.org/10.1111/saje.12215>
- Hasell, J., M. Roser, E. Ortiz-Ospina, e P. Arriagada (2022). 'Poverty'. Disponível em: <https://ourworldindata.org/poverty> (acedido a 22 de Novembro de 2022).
- INE (2004). *Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002/03*. Maputo: INE.
- INE (2010). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar—IOF-2008/09*. Maputo: INE.
- INE (2015). *Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar—IOF-2014/15*. Maputo: INE.
- INE (2021). *Inquérito sobre Orçamento Familiar : IOF 2019/20. Relatório Final*. Maputo: INE.
- Kuznets, S. (1955). 'Economic Growth and Income Inequality'. *American Economic Review*, 45(1): 1–28.
- MEF-DEEF (2016). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional—Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF 2014/15)*. Maputo: Direcção de Estudos Económicos e Financeiros (DEEF), Ministério das Finanças (MEF).
- MEF-DNPED (a publicar). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quinta avaliação nacional—Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF 2019/20)*. Maputo: Direcção Nacional de Políticas Económicas e de Desenvolvimento (DNPED), MEF.
- Niño-Zarazúa, M., L. Roope, e F. Tarp (2017.) 'Global Inequality: Relatively Lower, Absolutely Higher'. *Review of Income and Wealth*, 63(4): 661–84. <https://doi.org/10.1111/saje.12215>
- Oduola, A., G.A. Cornia, H. Bhorat, e P. Conceição (eds) (2017). *Income Inequality Trends in Sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants and Consequences*. Nova Iorque: UNDP (UN Development Programme) Regional Bureau for Africa.
- Ostry, J.D., A. Berg, e C.G. Tsangarides (2014). 'Redistribution, Inequality and Growth'. IMF Staff Discussion Note 14/02. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional (FMI). Disponível em: www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf (acedido a 22 de Novembro de 2022). <https://doi.org/10.5089/9781484352076.006>
- Ravallion, M. (1995). 'Growth and Poverty: Evidence for Developing Countries in the 1980s'. *Economics Letters*, 48(3): 411–17. [https://doi.org/10.1016/0165-1765\(94\)00620-H](https://doi.org/10.1016/0165-1765(94)00620-H)
- Ravallion, M. (2012). 'Why Don't We See Poverty Convergence?' *American Economic Review*, 102(1): 504–23. <https://doi.org/10.1257/aer.102.1.504>
- Ravallion, M. (2014). 'Income Inequality in the Developing World'. *Science*, 344(6186): 851–55. <https://doi.org/10.1126/science.1251875>
- Ravallion, M., e S. Chen (2003). 'Measuring pro-poor growth'. *Economics Letters*, 78(1): 93–99. [https://doi.org/10.1016/S0165-1765\(02\)00205-7](https://doi.org/10.1016/S0165-1765(02)00205-7)
- Roser, M. (2021). 'Extreme Poverty: How Far Have We Come, How Far Do We Still Have to Go? Disponível em: <https://ourworldindata.org/extreme-poverty-in-brief> (acedido a 22 de Novembro de 2022).
- Stewart, F. (2011). 'Horizontal Inequalities as a Cause of Conflict: A Review of CRISE Findings'. World Development Report 2011 Background Paper. Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/9126> (acedido a 22 de Novembro de 2022).
- UNU-WIDER (2021). 'World Income Inequality Database (WIID)'. Versão de 31 de Maio de 2021. Helsínquia: UNU-WIDER. <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/WIID-310521>
- Voitchovsky, S. (2011). 'Inequality and Economic Growth'. In B. Nolan, W. Salverda, e T. Smeeding (eds), *The Oxford Handbook of Economic Inequality*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199606061.013.0022>

Apêndice: O método Alkire-Foster e a sua aplicação no caso moçambicano

O método Alkire-Foster é um dos mais utilizados a nível internacional e nacional para a agregação de indicadores e dimensões de privação e para a criação de um índice de pobreza multidimensional (Alkire e Foster 2011). Intuitivamente, esta metodologia atribui ponderações a cada dimensão de privação e, por sua vez, a cada indicador de privação dentro de cada dimensão. Cada indicador é uma variável binária, que assume apenas os valores 0 (com privação) ou 1 (sem privação). Os indicadores e as dimensões de privação podem ter a mesma ponderação ou ponderações diferentes, consoante a importância que atribuímos a cada indicador/dimensão em relação ao estatuto de pobreza. O passo seguinte no cálculo da pobreza multidimensional é a definição de um linha da pobreza, ou seja, uma percentagem de privação conjunta das várias dimensões/indicadores que identifica uma família ou um indivíduo como pobre. Por exemplo, podemos considerar que as famílias com privação em pelo menos 50% (ou 40, 60 ou 80%) das dimensões (ponderadas) são pobres. Desta forma, é possível identificar famílias como 'pobres', verificar em que e em quantas dimensões os pobres são carenciados e, finalmente, calcular um IPM conjunto. Em geral, são calculadas as seguintes estimativas de pobreza:

1. Incidência da pobreza (H), que é a percentagem de indivíduos ou agregados familiares identificados como pobres do ponto de vista multidimensional, ou seja, indivíduos ou agregados familiares que enfrentam uma percentagem de privação acima da linha da pobreza estabelecido;
2. Intensidade da pobreza (A), que indica o nível médio de privação entre a população considerada pobre;
3. Incidência ajustada da pobreza (M^0) ou IPM, que indica em que medida o indivíduo, a família ou a população é pobre, tendo em conta a incidência da pobreza e a sua intensidade: $M^0 = H \times A$.

O método Alkire-Foster tem sido amplamente utilizado nos países da África Subsariana e noutros países do mundo. Reflete os investimentos cumulativos feitos ao longo do tempo pelos agregados familiares e pelo governo, e é geralmente estável e simples de medir. No entanto, este método requer a atribuição de ponderações que estão associadas a cada dimensão/indicador, bem como uma escolha relativamente ao limiar que separa os agregados familiares/indivíduos pobres dos não pobres.

No caso moçambicano, aplicámos o método de Alkire-Foster tendo em conta seis indicadores de bem-estar, com igual ponderação, indicadores de listagem e condições de privação, como mostra a Tabela A1. Cada um destes indicadores é uma variável binária, com valores correspondentes a 'com privação' ou 'sem privação'.

Para calcular a pobreza multidimensional, o limite usado no caso moçambicano é de 60%. Isto significa que um indivíduo privado em pelo menos 60% dos indicadores de bem-estar ponderados descritos no Tabela A1 é pobre do ponto de vista multidimensional. Dado que aplicamos a mesma ponderação a todos os indicadores analisados aqui, isto significa que um indivíduo é pobre quando privado em pelo menos quatro dos seis indicadores.

Tabela A1: Indicadores de bem-estar, condições de privação e ponderações

Indicador	Condição de privação do agregado familiar
Escola primária (1/6)	Se ninguém completou o 1.º nível do ensino primário (5 anos)
Água potável (1/6)	Se o agregado familiar não utiliza água canalizada (dentro de casa, fora de casa/no quintal), água da fonte, água de um furo ou poço com uma bomba mecânica ou manual, água mineral ou água engarrafada
Saneamento seguro (1/6)	Se o agregado familiar utiliza uma latrina não melhorada ou não tem qualquer tipo de sanita ou latrina
Telhado (1/6)	Se a casa do agregado familiar não estiver coberta por uma laje de betão, telha ou placas de fibrocimento/zinco
Acesso a electricidade (1/6)	Se o agregado familiar não tiver acesso a electricidade
Posse de bens duráveis (1/6)	Se o agregado familiar não possuir pelo menos três bens duráveis de uma lista dos bens duráveis mais comuns (bicicleta, automóvel, motociclo, televisão, rádio, telefone, computador, impressora, cama, frigorífico, congelador, aparelhagem de som)

Nota: Indicadores, condições de privação e ponderações considerados na avaliação da pobreza multidimensional, 1996/97-2019/20. As ponderações estão entre parêntesis.

Fonte: Elaboração dos autores com base em MEF-DEEF (2016).